

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC
CÂMPUS JOINVILLE

DÉBORA LISANDRA BAUM

A INFLUÊNCIA DA MENSTRUÇÃO NA VIDA PROFISSIONAL, SOCIAL E
ECONÔMICA DAS MULHERES

Joinville
2024

DÉBORA LISANDRA BAUM

A INFLUÊNCIA DA MENSTRUÇÃO NA VIDA PROFISSIONAL, SOCIAL E
ECONÔMICA DAS MULHERES

Monografia apresentada ao
curso de Bacharelado em
Enfermagem do Campus
Joinville do Instituto
Federal de Santa Catarina
para a obtenção do
diploma de Enfermeiro

Orientadora: Dr^a Luana
Cláudia dos Passos Aires

Joinville
2024

Baum, Débora Lisandra.

A influência da menstruação na vida profissional, social e econômica das mulheres / Débora Lisandra Baum. – Joinville, SC, 2024.

80 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Curso de Bacharelado em Enfermagem, Joinville, 2024.

Orientador: Luana Cláudia dos Passos Aires.


1. Menstruação. 2. Produtos de higiene menstrual. 3. Síndrome pré-menstrual. 4. Saúde de gênero. 5. Saúde da mulher. I. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. II. Título.

DÉBORA LISANDRA BAUM


A INFLUÊNCIA DA MENSTRUÇÃO NA VIDA PROFISSIONAL, SOCIAL E
ECONÔMICA DAS MULHERES

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título em Bacharel em Enfermagem, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e aprovado na sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.


Joinville, 03 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 LUANA CLAUDIA DOS PASSOS AIRES
Data: 04/12/2024 16:05:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Luana Cláudia dos Passos Aires, Dra.
Orientadora
Instituto Federal de Santa Catarina

 Documento assinado digitalmente
PATRICIA FERNANDES ALBEIRICE DA ROCHA
Data: 04/12/2024 07:33:23-0300
CPF: ***.840.029-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Patrícia Fernandes Albeirice da Rocha, Dra.
Membro da Banca
Instituto Federal de Santa Catarina

Documento assinado digitalmente
 SANDRA LUFT PALADINO
Data: 05/12/2024 08:03:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Sandra Luft Paladino, Me.
Membro da Banca
Universidade da Região de Joinville

Dedico este trabalho aos meus pais, meu irmão e meu namorado, que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por jamais me deixar desistir e por permitir que eu chegasse até aqui.

Agradeço à minha família que me ajudou de todas as formas possíveis para que eu conseguisse finalizar essa etapa tão importante da minha vida. Sem eles, isso não seria possível.

À minha orientadora de pesquisa Luana Cláudia dos Passos Aires que, com sua experiência como pesquisadora, conduziu esse estudo com excelência.

À banca avaliadora, às participantes da pesquisa e aos professores do curso por seus conhecimentos compartilhados durante esses anos.

RESUMO

O ciclo menstrual é um fenômeno biológico e acontece em todas as sociedades e culturas. Em muitos casos, essa experiência causa influências no cotidiano das mulheres e, algumas vezes, é vivenciada de forma conturbada, principalmente em cenários de fragilidade social onde é possível identificar a pobreza menstrual, caracterizada pela falta de acesso aos itens básicos de higiene. Neste estudo, objetivou-se identificar se há interferências da menstruação na vida profissional, social e econômica das mulheres. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa. As participantes foram mulheres com idade igual ou superior a 18 anos residentes no município de Joinville - SC e a coleta dos dados aconteceu por meio de um questionário eletrônico, no mês de abril de 2024, após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa. Com a finalidade de dispor e organizar os dados, foi utilizada a ferramenta Planilhas *Google*, na qual foram inseridas as respostas a serem analisadas. Os dados foram analisados de forma qualitativa pelo método de Bardin, que consiste na análise de conteúdo dividida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. A partir da análise, os dados foram organizados em cinco categorias: Conhecendo as participantes; Meios de acesso à informação relacionada à saúde menstrual; Influências da menstruação na vida profissional; Influências da menstruação na vida social; Influências da menstruação na vida econômica. O resultado deste trabalho está apresentado na forma de artigo, o qual mostrou interferências menstruais na vida das mulheres participantes no que se refere ao desempenho e participação no trabalho, nas aulas, em atividades de lazer e também no âmbito econômico, além de evidenciar a ausência de informações sobre saúde menstrual nas escolas e a fragilidade na humanização pelas equipes de saúde nos atendimentos relacionados à menstruação. A leitura do estudo mostra-se relevante na desmistificação de tabus menstruais, no fornecimento de informações sobre saúde menstrual e na contribuição com o cuidado de saúde humanizado.

Palavras-Chave: Menstruação. Produtos de higiene menstrual. Síndrome pré-menstrual. Saúde de gênero. Saúde da mulher.

ABSTRACT

The menstrual cycle is a biological phenomenon that occurs in all societies and cultures. In many cases, this experience affects women's daily lives, and sometimes it is experienced in a troubled manner, especially in scenarios of social vulnerability where menstrual poverty can be identified, characterized by a lack of access to basic menstrual hygiene products. This study aimed to identify whether menstruation interferes with women's professional, social, and economic lives and is an exploratory-descriptive study with a qualitative approach. The participants were women aged 18 or older residing in the municipality of Joinville - SC, and data were collected through an online questionnaire in April 2024, following approval from the Ethics and Research Committee. The data were analyzed qualitatively using Bardin's method, which involves content analysis divided into three stages: pre-analysis; material exploration; and treatment of the results and interpretation. To arrange and organize the data, Google Sheets was used, in which the responses to be analyzed were entered. Based on the analysis, the data was organized into five categories: Knowing the participants; Means of access to menstrual health information; Influences of menstruation on professional life; Influences of menstruation on social life; Influences of menstruation on economic life. The results of this study were presented in the form of an article, which showed that menstruation interferes with the lives of the women taking part, in terms of performance and participation at work, in classes, in leisure activities and also in the economic sphere, as well as highlighting the lack of information about menstrual health in schools and the fragility of humanization in healthcare teams during menstruation-related consultations. The reading of the study proves to be relevant in demystifying menstrual taboos, providing information on menstrual health and contributing to humanized health care.

Keywords: Menstruation. Menstrual hygiene products. Premenstrual syndrome. Gender health. Women's health.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

CEPE - Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

COREQ - *C*onsolidated criteria for *R*eporting *Q*ualitative research

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FSH - Hormônio Folículo-estimulante

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

LH - Hormônio Luteinizante

MS - Ministério da Saúde

OMS - Organização Mundial da Saúde

PICo - População, Interesse, Contexto

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

SECNS - Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TPM - Tensão Pré-Menstrual

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Objetivos	13
1.1.1	Objetivo geral	13
1.1.2	Objetivos específicos	13
1.2	Problema de pesquisa	13
1.3	Pressuposto	14
1.4	Justificativa	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	Ciclo menstrual	15
2.2	Gênero e políticas públicas	15
3	MATERIAIS E MÉTODOS	20
3.1	Desenho de estudo	20
3.2	População ou amostra de estudo	20
3.3	Local e Período	20
3.4	Critérios de Inclusão	20
3.5	Critérios de Exclusão	20
3.6	Instrumentos	21
3.7	Procedimentos para a Coleta de Dados	21
3.8	Análise de Dados	21
3.9	Aspectos Éticos	22
3.9.1	Riscos	22
3.9.2	Benefícios	23
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	24
4.1	Artigo: A influência da menstruação na vida profissional, social e econômica das mulheres	24
5	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS	55
	APÊNDICE A – Questionário sobre influência da menstruação	64
	ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP	77

1 INTRODUÇÃO

Durante o período reprodutivo feminino, ocorre o ciclo menstrual, que é fisiológico, estimulado pela não fertilização do óvulo e acontece durante a vida fértil da mulher. Historicamente, em algumas culturas, a menstruação expressa o poder feminino e o fato de apresentar hemorragias, geralmente sem complicações, e a capacidade de gerar uma nova vida representa a fertilidade feminina (Vargens *et al.*, 2019).

No decorrer da história e também em outras culturas, a desigualdade de gênero foi afirmada considerando o corpo feminino como algo inferior e um dos argumentos utilizados era a ideia de que a menstruação seria imprópria e suja. Os tabus criados para sustentar essa ideia consideram a menstruação como algo negativo, o que leva as mulheres a não falarem sobre esse assunto e buscarem esconder de outras pessoas quando se encontram no período menstrual. Por isso, a menstruação acabou pertencendo ao campo privado e até hoje é menosprezada pelo Estado (Brito, 2021).

O ciclo menstrual e reprodutivo é ensinado nas escolas, mas não são mencionados os tabus e a falta de acesso às condições dignas de manejo e higiene menstrual. O tabu em questão que envolve essa temática corresponde ao distanciamento que a sociedade encontra ao abordar o assunto nos diferentes espaços, seja nos ambientes familiar, escolar, profissional e até mesmo de saúde (*Plan International*, 2020). Além disso, durante esse período muitas meninas se preocupam ao utilizar absorventes inadequados e estarem suscetíveis à discriminação dos colegas (Brito, 2021).

O estudo de Moraes *et al.* (2019) traz que se as mulheres pudessem escolher, optariam por não menstruar devido aos desconfortos que afetam significativamente no seu dia-a-dia. O desconforto e a dor são aspectos físicos que influenciam na vida das mulheres durante a menstruação e algumas vezes incapacitam-nas até mesmo a sair da cama. Outro aspecto influenciado é o sono devido às cólicas muito fortes e a necessidade de troca do absorvente durante a noite.

Moraes *et al.* (2019) evidenciam aspectos psicológicos influenciados pela menstruação, como irritabilidade, nervosismo, ansiedade, mudanças de humor, tristeza, nojo e até mesmo medo. A diminuição da capacidade de concentração e da

velocidade de raciocínio também foram evidenciadas, além de alterações na imagem corporal e aparência que acarretam na baixa autoestima feminina.

Estudos trazem que algumas regiões cerebrais se remodelam de acordo com as fases do ciclo menstrual, causando alterações nas massas cinzenta e branca (Rizor *et al*, 2023; Zsido *et al*, 2023). De acordo com a neurocientista Emily Jacobs, embora essas mudanças ainda não tenham sido correlacionadas a funções específicas do cérebro e aos sintomas menstruais, destaca-se a urgência em buscar novas pesquisas neurocientíficas voltadas à saúde da mulher (Mishra, 2024).

Ademais, Moraes *et al.* (2019) afirmam que a menstruação também influencia nas relações sociais das mulheres, as quais preferem agendar seus compromissos familiares e sociais para quando não estiverem no período menstrual. Quanto à sexualidade, algumas mulheres sentem nojo e vergonha causados pelo sangue; em contrapartida, outras dizem que sentem um aumento na libido.

Quanto à autonomia e independência, estudos mostram que algumas mulheres sentem desconforto e preocupação para se locomoverem e realizarem atividades diárias. No trabalho, muitas vezes necessitam se ausentar devido às fortes dores e alto fluxo sanguíneo. Essas condições tornam muitas mulheres dependentes de medicamentos indicados principalmente para enxaquecas e cólicas (Moraes *et al.*, 2019).

Ainda, a falta de condições financeiras para comprar produtos de higiene menstrual leva algumas mulheres a utilizarem outros objetos para conter a menstruação, por exemplo sacolas, papéis e meias (Rocha *et al.*, 2022). Preconceitos quanto à menstruação estabelecem uma barreira no exercício de direitos básicos de meninas e mulheres e na igualdade de gênero, o que pode ser definido como pobreza menstrual, a qual não se refere apenas à falta de acesso aos itens básicos de higiene, mas também à disseminação de informações sobre menstruação, ao saneamento básico, à forma como se realiza a higiene menstrual, à falta de acesso a itens reutilizáveis e ao excesso de impostos sobre os absorventes (Motta; Brito, 2022).

Além disso, a pobreza menstrual também abrange a falta de informações sobre o corpo da pessoa que menstrua e como acontece o processo da menstruação (Rocha *et al.*, 2022). Estudo sugere que a questão da pobreza menstrual abrange tanto países em desenvolvimento quanto já desenvolvidos. A

América do Sul está inserida nessa problemática e no Brasil, 26% da população feminina não tem acesso aos produtos de higiene (Boff *et al.*, 2021).

Para finalizar, é importante salientar que, ao considerar o uso de uma linguagem inclusiva é indicado o uso do termo “pessoas menstruantes” no que se refere à diversidade de gênero (Motta, Araújo e Silva (2021). Este termo reconhece que a menstruação acontece também em homens trans, pessoas não-binárias e de gênero neutro (Baumgarten, 2021).

Assim, a presente pesquisa tem o propósito de gerar novas contribuições para esse tema, pois, atualmente, as mulheres buscam por uma melhor qualidade de vida em relação à menstruação nos âmbitos pessoal, social, profissional e sexual (Moraes *et al.*, 2019).

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Identificar se há interferências da menstruação na vida profissional, social e econômica das mulheres.

1.1.2 Objetivos específicos

- Conhecer as características sociodemográficas das mulheres participantes do estudo;
- Identificar os métodos de contenção menstrual utilizados pelas participantes;
- Conhecer os meios de acesso à informação relacionada à saúde menstrual.

1.2 Problema de pesquisa

Para a elaboração da questão norteadora deste estudo, foi utilizada a estratégia PICo (População, Interesse, Contexto) (Araújo, 2020), na qual entende-se: População: mulheres que menstruam; Interesse: interferência da menstruação; Contexto: vida profissional/social/econômica das mulheres. Sendo assim, a questão de pesquisa deste estudo é: A menstruação interfere na vida profissional/social/econômica das mulheres?

1.3 Pressuposto

A menstruação, embora seja um processo fisiológico, pode contribuir com as desigualdades de gênero, profissional, social e econômica.

1.4 Justificativa

Para a sociedade, rodeada de tabus e preconceitos, o estudo tem o intuito de ser relevante ao desmistificar estes estigmas sociais e reduzir dúvidas no que se refere à saúde menstrual. Acredita-se que a menstruação influencia no papel social da mulher, contribuindo com a desigualdade de gênero e com o desrespeito aos direitos humanos básicos. O papel social da mulher é de importância tão evidente que se tornou tema de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2023, abordando os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidados das mulheres no Brasil.

Cientificamente, este estudo pode preencher uma lacuna existente na literatura e oferecer novas formas de abordagem sobre a menstruação, considerando não somente aspectos biológicos, mas também psicológicos e sociais. Além disso, há o propósito de facilitar a compreensão dos desafios enfrentados pelas mulheres e expandir a efetividade de políticas públicas.

Aos profissionais de enfermagem, este trabalho almeja contribuir no cuidado humanizado considerando as fragilidades menstruais das mulheres de forma integral, considerando o importante papel na educação em saúde que a enfermagem desempenha.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ciclo menstrual

O ciclo menstrual é um processo fisiológico que pode variar de 20 a 45 dias, com duração média de 28 dias. Este processo inicia-se no primeiro dia da menstruação, ao mesmo tempo que começa a fase folicular, a qual tem duração de 12 a 15 dias e estimula a produção do hormônio folículo-estimulante (FSH) que induz a secreção de estrogênio, sendo este o hormônio predominante nessa fase. O estrogênio está relacionado ao crescimento tecidual e criação de um ambiente propício para a implantação embrionária (Barriga-Pooley; Brantes-Glavic, 2019).

O aumento do hormônio luteinizante (LH) finaliza a fase folicular e dá início à fase ovulatória, a qual acontece geralmente no 14º dia de um ciclo menstrual regular e é caracterizada pela liberação do óvulo a ser fecundado (Barriga-Pooley; Brantes-Glavic, 2019).

A próxima fase do período é a fase lútea, a qual aumenta a produção de progesterona e é no fim desse período, se não houver fecundação, que acontece a próxima menstruação (Barriga-Pooley; Brantes-Glavic, 2019).

O estudo de Lima *et al.* (2021) traz que a menstruação está ligada a sintomas físicos e psicológicos: irritabilidade, tristeza, ansiedade, mastalgia e inchaço, os quais afetam as tarefas diárias e comprometem as atividades acadêmicas, profissionais e o bem-estar das mulheres, interferindo significativamente na qualidade de vida. A intensidade desses sintomas varia entre as mulheres e acontecem, principalmente, devido às alterações hormonais que ocorrem durante essa fase.

Embora o ciclo menstrual seja um processo biológico, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2021) evidencia a falta de visibilidade envolvendo o tema saúde menstrual. A ausência do devido investimento nessa temática está relacionada ao silenciamento gerado pelos tabus menstruais que acarretam em problemas de saúde física e emocional e influenciam na qualidade de vida dessas mulheres.

2.2 Gênero e políticas públicas

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, princípios e diretrizes que norteiam as ações do poder público caracterizam as políticas públicas, as quais estabelecem regras e relações entre a sociedade e o Estado. Ao planejar políticas públicas voltadas às mulheres, é indispensável que sejam abordadas a condição e a dimensão da autonomia das mulheres (Brasil, 2012).

Fragoso e Sanglard (2021) abordam a violência de gênero e trazem o papel do poder público brasileiro no seu combate. As medidas protetivas incluem a Lei Maria da Penha, aplicativos de atendimento às mulheres e canais de denúncias. De forma restaurativa, em alguns estados existem psicólogos e grupos reflexivos e, como prevenção, são realizadas campanhas e exposição de cartazes e cartilhas contra a violência de gênero.

No que se refere à vida profissional, mesmo que as mulheres realizem a mesma função dos homens no trabalho remunerado, em média recebem um salário menor, ainda que tenham grau de escolaridade maior. Além disso, ocupam poucos cargos de maior *status* e competitivos (Mello; Marques, 2019). Na política, a desigualdade de gênero apresenta desafios para o engajamento feminino (Motta; Brito, 2022) e a participação feminina é diminuta, considerando que de maneira tradicional são os homens que ocupam cargos de decisão (Biroli, 2018). A escassez de oportunidades educacionais de excelência e de condições de vida adequadas, combinada à ausência de políticas públicas que busquem a participação ativa das mulheres e a igualdade de gênero, acarreta na sub-representação do sexo feminino nos âmbitos de poder (Motta; Brito, 2022).

Georgieva, Sayeh e Sahay (2022) afirmam que muitas mulheres não têm acesso a oportunidades econômicas, o que caracteriza uma situação injusta e que prejudica o progresso de todos. Em países em que a desigualdade de gênero é maior, os recursos suficientes às necessidades essenciais à vida das mulheres são diretamente afetados, mantendo-as distantes das escolas e do mercado de trabalho.

Ainda considerando gênero, um estudo realizado em capitais e cidades médias das cinco regiões brasileiras mostra que as meninas se sentem mais suscetíveis ao andarem na rua, comparando-as aos meninos, no que se refere à insegurança e medo relacionados à segurança física, ao corpo e aos seus direitos. No ambiente doméstico, as meninas efetuam o dobro das tarefas domésticas do que os meninos, principalmente em casos em que os netos convivem com os avós e o

comportamento segue um padrão de que as atividades domésticas pertencem às mulheres (*Plan International*, 2021). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), em 2022 as mulheres dedicaram 9,6 horas semanais a mais do seu tempo do que os homens em trabalhos domésticos e cuidados com pessoas. Na sociedade ocidental, a hierarquia da vida particular e as responsabilidades impostas às mulheres comprometem até mesmo seus direitos básicos (Biroli, 2018).

Outro ponto abordado é como a menstruação impede a realização de certas atividades. Quase 30% das meninas relatam que deixam de praticar esportes quando estão menstruadas. É importante citar que em alguns casos as meninas são proibidas de praticarem esportes por estarem menstruadas e em outros, são obrigadas a participarem das atividades mesmo sentindo dor e desconforto (*Plan International*, 2021).

Atualmente, ainda persiste a urgência em descobrir formas de oferecer às jovens mais carentes o acesso às políticas públicas relacionadas à menstruação, assegurando a elas uma saúde reprodutiva e menstrual consciente. *Plan International* (2021) constatou-se que mais da metade das meninas de 14 a 19 anos nunca teve a oportunidade de realizar uma consulta com ginecologista e dessas, quase 70% recebem menos de um salário mínimo e não possuem acesso aos cuidados básicos de saúde nesse aspecto, ressaltando as desigualdades enfrentadas pelas camadas mais pobres da sociedade.

Oliveira *et al.* (2023) demonstram que adolescentes que conversam com suas mães e que recebem informações sobre menstruação nas escolas vivenciam o período menstrual de forma mais preparada e consideram esta uma experiência positiva. Porém, não abordam a qualidade das informações sobre menstruação que as adolescentes recebem na escola e em casa, considerando que muitas vezes esses ambientes não se encontram preparados para falar sobre esse assunto. Em países de baixa até alta renda, a insuficiência da educação menstrual se mostrou evidente, sendo incapaz de atender às necessidades das adolescentes satisfatoriamente.

A adoção de políticas apropriadas pode auxiliar a alterar esses fatos negativos e existem resultados comprovados para deferir ações relacionadas ao gênero. Oferecer rendas que auxiliem as famílias a comprar bens essenciais em países menos desenvolvidos é uma das soluções. No Egito, por exemplo, mães

solteiras e de baixa renda recebem assistência para cuidar da saúde de seus filhos e mantê-los na escola (Georgieva; Sayeh; Sahay, 2022).

Também é importante observar que o governo brasileiro impede que as famílias possam organizar os cuidados com as crianças, pois, de acordo com a licença parental, é de forma prevalente que mulheres se responsabilizam pelos cuidados aos bebês nos primeiros meses. Todavia, não é o Estado que deveria decidir qual dos responsáveis e por quanto tempo assume os cuidados com os filhos. Pertenceria à família decidir a melhor forma de desempenhar esse papel (Mello; Marques, 2019). O tema da redação do ENEM 2023 aborda, de maneira clara, a naturalização do papel social da mulher nos cuidados domésticos.

Além disso, disponibilizar creches de qualidade a um preço acessível gera empregos, incentiva mulheres a trabalhar e emancipa o empreendedorismo feminino. Outro exemplo a ser citado é a Noruega, onde o cumprimento do acesso universal às creches aumentou em 32% a chance de emprego das mães (Georgieva; Sayeh; Sahay, 2022).

Outra ação necessária é aumentar a presença das mulheres em cargos de liderança. Em empresas do setor corporativo e de finanças e tecnologia (*fintechs*), constatou-se que o número maior de mulheres líderes resultou em mais rentabilidade e desempenho, respectivamente (Georgieva; Sayeh; Sahay, 2022).

Quase 90% das meninas entendem que, na prática, mulheres não têm a garantia dos mesmos direitos dos homens, mas apesar disso, percebem que há uma luta, uma mudança e um caminho novo a ser alcançado no que se refere às desigualdades de gênero (*Plan International*, 2021).

A ausência de empregos, de bem-estar e de serviços sociais deve ser considerada como uma forma de violência (Federici, 2019) e, deste modo, a carência da educação menstrual merece uma séria abordagem, principalmente pelas autoridades públicas (Gotardo, 2022). Essa deficiência na educação menstrual e no acesso aos recursos básicos e necessários é descrita como violência menstrual (Maranhão, 2021).

De acordo com UNICEF (2021), para garantir o manejo adequado da menstruação, é essencial a disponibilidade imediata de banheiros com instalações apropriadas para a troca de absorventes e para a higiene menstrual, bem como um local próprio para o descarte dos itens utilizados, além de instalações e produtos adequados para a higiene das mãos. A falta destas condições acarretam em

desconforto, estresse e insegurança e estes fatores contribuem para o aumento da discriminação menstrual. Também é necessário apontar que a busca por banheiros adequados, principalmente em ambientes perigosos, distantes ou isolados pode representar um risco de violência sexual à mulher.

Fica claro, portanto, que a pobreza menstrual contribui para a discriminação que mulheres e meninas sofrem. O desenvolvimento, bem-estar e as oportunidades oferecidas sofrem influências da menstruação ao considerar o receio de possíveis vazamentos, sono prejudicado e as restrições em atividades físicas e de lazer (UNICEF, 2021).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Desenho de estudo

A abordagem de que se trata esta pesquisa é qualitativa exploratório-descritiva (Creswell, J. W.; Creswell, J. D., 2021).

Para o delineamento deste estudo foi utilizada a ferramenta COREQ (*COnsolidated criteria for REporting Qualitative research*) que assegura qualidade às pesquisas qualitativas. É um *checklist* composto por 32 itens e três principais tópicos: equipe de pesquisa e reflexividade, conceito do estudo e análise e resultados (Souza *et al.*, 2021).

3.2 Amostra do estudo

A pesquisa foi realizada com uma amostra aleatória da população feminina adulta de Joinville e 94 mulheres participaram do estudo.

3.3 Local e Período

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Joinville, localizado na região norte de Santa Catarina. Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a coleta dos dados aconteceu em abril de 2024, por meio de um questionário eletrônico elaborado na ferramenta *Google Forms*.

3.4 Critérios de Inclusão

As participantes deste estudo foram as mulheres que menstruam (independente de estarem utilizando métodos hormonais de inibição), que residiam em Joinville durante a coleta de dados e que tinham ao menos 18 anos.

3.5 Critérios de Exclusão

Foram excluídas da pesquisa mulheres que não tiveram menarca ou que estão na menopausa.

3.6 Instrumentos

Os dados das participantes foram coletados por meio de um questionário eletrônico (apêndice A).

3.7 Procedimentos para a Coleta de Dados

O questionário foi elaborado na ferramenta *Google Forms* e foi compartilhado por meio de redes sociais (*Whatsapp* e *Instagram*) e por meio do Grupo de Pesquisa Florescer do IFSC – Joinville, o qual aborda temas relacionados à saúde da mulher, neonato, criança, adolescente e aleitamento materno.

Antes de disponibilizar o questionário elaborado pela pesquisadora às participantes, foi realizado um teste piloto com duas mulheres voluntárias residentes em outro município e que não participaram do estudo, para que fossem identificadas possíveis melhorias a serem feitas. Após isto, considerando que esse não necessitou de ajustes, as participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para sua anuência e ao questionário composto por trinta e duas perguntas abertas e fechadas relacionadas ao perfil sociodemográfico das participantes, à pobreza menstrual e possíveis interferências que a menstruação causa na vida social, profissional e econômica dessas mulheres. O questionário foi respondido de maneira individual, sem intervenção da pesquisadora e sem identificação das participantes, preservando suas identidades.

Os dados coletados permanecerão armazenados por 5 anos. Depois, os dados serão excluídos permanentemente.

3.8 Análise de Dados

Os dados coletados foram dispostos e organizados na ferramenta *Google Planilhas*. O método de Bardin foi empregado para a análise dos dados, o qual compreende três etapas distintas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise engloba a organização do trabalho, onde se faz uma leitura inicial do material coletado com o intuito de agrupar informações parecidas para, em seguida, formular hipóteses e objetivos. Depois, na exploração do material, foram estudadas de forma mais profunda e significativa as respostas do

questionário. Já na fase final, foi realizada a interpretação dos dados para aceitar ou refutar os pressupostos (Bardin, 2016; Câmara, 2013).

Figura 1 - Método de análise de conteúdo de Bardin



Fonte: CÂMARA, 2013.

3.9 Aspectos Éticos

O projeto foi aprovado no CEP do IFSC sob o parecer n° 6.689.146, conforme estabelecido pela resolução CNS n° 466/12 (Brasil, 2012), que estabelece as diretrizes para a pesquisa envolvendo seres humanos, juntamente com a lei n° 14.874 do Governo Federal (Brasil, 2024). Foi considerado também o Ofício Circular n° 2/2021/CONEP/SECNS/MS, o qual orienta os procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, também serão respeitadas as diretrizes que asseguram a confidencialidade e a voluntariedade dos participantes, além do direito de desistir da pesquisa a qualquer momento (Brasil, 2021).

3.9.1 Riscos

Os riscos foram mínimos e englobaram os possíveis constrangimentos ao responder o questionário e o vazamento de dados. Para evitar esses riscos, foi importante frisar que a participação é voluntária e que a respondente do questionário poderia desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. A pesquisadora não onerou planos de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) ou a própria participante da pesquisa, tornando-se responsável por gastos associados aos cuidados de saúde resultantes da pesquisa após assinatura do TCLE, sendo garantida assistência imediata sem ônus de qualquer espécie, de acordo com seus direitos individuais e

respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. Também foram monitoradas todas as tentativas de *login*, recuperação ou troca de senhas das contas utilizadas para a coleta dos dados. A pesquisadora responsável fez o *download* dos dados para um dispositivo eletrônico local, excluindo todos os registros da plataforma virtual.

3.9.2 Benefícios

Os benefícios desta pesquisa foram indiretos e foi possível compreender como as mulheres vivenciam o processo menstrual, identificando as vulnerabilidades e interferências da menstruação no cotidiano e, conforme os resultados, elaborar orientações em saúde que podem ser feitas por profissionais da área e direcionar a criação de novas políticas públicas relacionadas a esse tema.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O resultado deste trabalho será apresentado na forma de artigo, conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior de Bacharelado em Enfermagem, aprovado na Resolução CEPE/IFSC nº 023, de 9 de maio de 2019.

4.1 Artigo: A influência da menstruação na vida profissional, social e econômica das mulheres

A INFLUÊNCIA DA MENSTRUÇÃO NA VIDA PROFISSIONAL, SOCIAL E ECONÔMICA DAS MULHERES

Resumo: Estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa. Participaram desta pesquisa 94 mulheres adultas residentes no município de Joinville - SC e a coleta dos dados aconteceu por meio de um questionário eletrônico. Os dados foram analisados pelo método de Bardin, com o objetivo de identificar se há interferências da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres. A partir das respostas das participantes, surgiram cinco categorias para analisar e discutir os resultados: 1. Conhecendo as participantes; 2. Meios de acesso à informação relacionada à saúde menstrual; 3. Influências da menstruação na vida profissional; 4. Influências da menstruação na vida social; 5. Influências da menstruação na vida econômica. O estudo alcançou o objetivo de identificar interferências menstruais no desempenho e participação no trabalho, nas aulas, em atividades de lazer e também no âmbito econômico, além de evidenciar a ausência de informações sobre saúde menstrual nas escolas e a fragilidade na humanização pelas equipes de saúde nos atendimentos relacionados à menstruação. A leitura do estudo mostra-se relevante na desmistificação de tabus menstruais, no fornecimento de informações sobre saúde menstrual e na contribuição com o cuidado de saúde humanizado. Ademais, espera-se que os resultados contribuam para a elaboração de políticas públicas e para a redução da desigualdade de gênero.

Palavras-Chave: Menstruação. Produtos de higiene menstrual. Síndrome pré-menstrual. Saúde de gênero. Saúde da mulher.

THE INFLUENCE OF MENSTRUATION ON THE PROFESSIONAL, SOCIAL AND ECONOMIC LIVES OF WOMEN

Abstract: This is an exploratory-descriptive study with a qualitative approach. The research involved 94 adult women residing in Joinville - SC, and data were collected through an online questionnaire. The data were qualitatively analyzed using Bardin's method, with the aim of identifying whether menstruation interferes with women's professional, social, or economic lives. Based on the participants' responses, five categories emerged to analyze and discuss the results: 1. Knowing the participants; 2. Means of access to menstrual health information; 3. Influences of menstruation on professional life; 4. Influences of menstruation on social life; 5. Influences of menstruation on economic life. Finally, the study achieved its goal of identifying the impacts of menstruation which affects their performance and participation at work, in classes, in leisure activities, and also in the economic sphere. It also highlighted the lack of information about menstrual health in schools and the fragility of humanization in healthcare teams during menstruation-related consultations. The reading of the study proves to be relevant in demystifying menstrual taboos, providing information on menstrual health, and contributing to more humanized health care. Furthermore, it is expected that the results will contribute to the development of public policies aimed at reducing gender inequality.

Keywords: Menstruation. Menstrual hygiene products. Premenstrual syndrome. Gender health. Women's health.

INTRODUÇÃO

No decorrer da história e também em outras culturas, a desigualdade de gênero foi afirmada considerando o corpo feminino como algo inferior e um dos argumentos utilizados era a ideia de que a menstruação é imprópria e suja (Brito, 2021). Os tabus criados para sustentar essa ideia consideram a menstruação como algo negativo, o que leva as mulheres a não falarem amplamente sobre esse assunto e buscarem esconder de outras pessoas quando se encontram no período menstrual. Por isso, a menstruação acabou pertencendo ao campo privado e até hoje é menosprezada pelo Estado (Brito, 2021).

O estudo de Moraes *et al.* (2019) traz que se as mulheres pudessem escolher, prefeririam não menstruar devido aos desconfortos que as afetam de maneira significativa no cotidiano. Aspectos psicológicos também são influenciados pela menstruação, além da diminuição da capacidade de concentração e da velocidade de raciocínio, alterações na imagem corporal e na aparência que acarretam na baixa autoestima feminina.

Ademais, Moraes *et al.* (2019) afirmam que a menstruação também influencia nas relações sociais das mulheres, na sexualidade, na autonomia e independência. No trabalho, muitas vezes necessitam se ausentar devido às fortes dores e alto fluxo sanguíneo. Esses fatos tornam muitas mulheres dependentes de medicação indicadas principalmente para enxaquecas, cólicas e desconfortos.

Já a falta de condições financeiras para comprar produtos de higiene menstrual leva algumas mulheres a utilizarem outros objetos para conter a menstruação, por exemplo sacolas, papéis e meias (Rocha *et al.*, 2022).

Preconceitos quanto à menstruação estabelecem uma barreira no exercício de direitos básicos de meninas e mulheres e na igualdade de gênero, o que pode ser definido como pobreza menstrual, a qual não se refere apenas à falta de acesso aos itens básicos de higiene, mas também à disseminação de informações sobre menstruação, ao saneamento básico, à forma como se realiza a higiene menstrual, à falta de acesso a itens reutilizáveis e ao excesso de impostos sobre os absorventes (Motta; Brito, 2022).

Além disso, a pobreza menstrual também abrange a falta de informações sobre o corpo da pessoa que menstrua e como acontece o processo da menstruação (Rocha *et al.*, 2022). É importante citar que o termo “pessoas menstruantes” é relacionado a pessoas não-binárias e homens trans, os quais são menosprezados em discussões acadêmicas sobre saúde pública e menstrual (Brito; Siqueira, 2024).

Considerando o contexto histórico, social e cultural de gênero, questiona-se: A menstruação interfere na vida profissional/social/econômica das mulheres? Este estudo tem como objetivo, portanto, identificar se há interferências da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres. Para isso, é necessário conhecer as características sociodemográficas das mulheres participantes do estudo, identificar os métodos de contenção menstrual utilizados pelas participantes e conhecer os meios de acesso à informação relacionada à saúde menstrual.

Para a sociedade, que ainda é rodeada de tabus e preconceitos, o estudo tem o intuito de ser relevante ao desmistificar estes estigmas sociais e reduzir dúvidas no que se refere à saúde menstrual. Cientificamente, este estudo pode preencher uma lacuna existente na literatura e oferecer novas formas de abordagem sobre a menstruação, considerando não somente aspectos biológicos, mas também psicológicos e sociais. Aos profissionais de enfermagem, este trabalho almeja contribuir no cuidado humanizado considerando as fragilidades menstruais das mulheres de forma holística.

MÉTODOS

A abordagem de que se trata esta pesquisa é qualitativa exploratório-descritiva (Creswell, J. W.; Creswell, J. D., 2021), norteada pelo instrumento COREQ (*COnsolidated criteria for REporting Qualitative research*) (Souza *et al.*, 2021).

A pesquisa foi realizada com uma amostra aleatória da população feminina adulta de Joinville e participaram do estudo 94 mulheres. A coleta de dados aconteceu durante o mês de abril de 2024, de forma *online*. Os critérios de inclusão estabelecidos foram: mulheres que menstruam (independente de estarem utilizando métodos hormonais de inibição), que residissem em Joinville durante a coleta de dados e que tivessem ao menos 18 anos. Os critérios de exclusão foram mulheres que não tiveram menarca ou que já estavam na menopausa.

Foi elaborado um questionário na ferramenta *Google Forms*, o qual foi compartilhado por meio de redes sociais (*Whatsapp* e *Instagram*) e por meio do Grupo FLORESCER: Laboratório de Pesquisa em Saúde da mulher, neonato, criança, adolescente e aleitamento materno, do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC/Joinville, o qual aborda temas relacionados à saúde da mulher, neonato, criança, adolescente e aleitamento materno. Antes de disponibilizar o questionário às participantes, foi realizado um teste piloto com duas mulheres voluntárias residentes em outro município e que não participaram do estudo, para que fossem identificadas possíveis melhorias a serem feitas. Após isto, a pesquisa foi amplamente divulgada, no qual as participantes tiveram acesso inicialmente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para sua anuência, e ao aceitarem participar tiveram acesso ao questionário composto por trinta e duas

perguntas abertas e fechadas relacionadas ao perfil sociodemográfico das participantes, à pobreza menstrual e possíveis interferências que a menstruação causa na vida social, profissional e econômica dessas mulheres. O questionário foi respondido de maneira individual, sem intervenção da pesquisadora e sem identificação das participantes, preservando suas identidades. Para garantir o anonimato das mulheres, as falas serão identificadas pela letra M seguida de um número que corresponde a cada participante, por exemplo: M1 (mulher 1), M2 (mulher 2).

Para a análise dos dados, foi empregado o método de Bardin que compreende três etapas distintas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (Bardin, 2016; Câmara, 2013). Primeiramente, os dados coletados foram dispostos e organizados na ferramenta *Google* Planilhas para que fosse realizada uma leitura inicial das respostas. Em seguida, foi realizada a exploração do material, destacando as principais respostas e, por fim, foi feita a análise e interpretação das respostas.

Esta pesquisa segue a resolução nº 466/12 do CNS (Brasil, 2012) e a lei nº 14.874 do Governo Federal (Brasil, 2024). Foi considerado também o Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, o qual orienta os procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, também serão respeitadas as diretrizes que asseguram a confidencialidade e a voluntariedade dos participantes, além do direito de desistir da pesquisa a qualquer momento (Brasil, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 102 mulheres acessaram ao questionário. Destas, duas não aceitaram participar da pesquisa e seis foram excluídas por não atenderem aos critérios da pesquisa: três por não residirem no município de Joinville, duas por estarem na menopausa e uma por ainda não ter 18 anos. Sendo assim, o número total de participantes foi 94.

A partir das respostas das participantes, foi possível desmembrar a análise dos resultados em cinco categorias: 1. Conhecendo as participantes; 2. Meios de acesso à informação relacionada à saúde menstrual; 3. Influências da menstruação na vida profissional; 4. Influências da menstruação na vida social; 5. Influências da menstruação na vida econômica; que serão apresentadas e discutidas a seguir.

1. Conhecendo as participantes

Com relação ao gênero, todas se identificaram como mulheres. Quanto à orientação sexual, 81 (86,2%) consideram-se heterossexuais, 7 (7,4%) bissexuais, 3 (3,2%) homossexuais, 2 (2,1%) panssexuais e 1 (1,1%) considera-se assexual. Embora esta pesquisa foque nas mulheres, Motta, Araújo e Silva (2021) mostram a importância do uso do termo “pessoas menstruantes”, reconhecendo que homens trans, pessoas não-binárias e de gênero neutro também menstruam (Baumgarten, 2021).

As mulheres residem nos mais diversos bairros de Joinville: 44 moram no distrito norte, 34 residem no distrito centro e 16 representam o distrito sul. A maioria das participantes moram nos bairros mais nobres da cidade, ou seja, o questionário pode não ter alcançado as regiões mais periféricas de Joinville. O conceito de periferia abrange as localidades distantes dos centros urbanos e que abrigam pessoas de baixa renda (Cerqueira, 2010). Considerando isso, a vulnerabilidade menstrual é acentuada nessas regiões, onde a ausência de recursos, de infraestrutura e de capacidade de realizar higiene íntima é muito mais evidente (Marques, 2022).

Com idades variando de 18 a 57 anos, pôde-se analisar que 24 mulheres (25,5%) têm menos de 25 anos, 25 (26,6%) mulheres têm entre 25 e 35 anos, 32 (34,1%) têm entre 36 e 45 anos e 13 (13,8%) têm mais de 45 anos. Ou seja, aproximadamente, metade das participantes têm até 35 anos e a outra metade, acima de 35 anos. Segundo o IBGE (2024), a idade reprodutiva das mulheres é dos 15 aos 49 anos e houve um considerável aumento de partos em mulheres com mais de 30 anos.

Quanto à cor da pele, 82 (87,2%) mulheres consideram-se brancas, 11 (11,7%) negras (declaradas pretas e pardas) e 1 (1,1%) amarela. Embora a cidade em questão seja de colonização alemã, há muitas pessoas negras em Joinville, representando 23,6% da população (IBGE, 2022). A vulnerabilidade social extrema na qual muitas mulheres negras se enquadram tem impactos importantes sobre a saúde e o acesso aos serviços (Goes *et al.*, 2020). Estudos sobre atividades domésticas, mercado de trabalho e cuidados revelam que as mulheres negras brasileiras encaram condições mais precárias em comparação com mulheres brancas, segundo vários indicadores (Passos; Souza, 2020).

Quanto à gestação, 35 (37,2%) nunca engravidaram e, considerando que grande parte das entrevistadas têm entre 25 e 35 anos, o adiamento da maternidade pode estar atrelado às aspirações das mulheres no mercado de trabalho. Este fenômeno está mais presente em mulheres brancas, com mais estudos, solteiras e residentes em áreas urbanas (Cunha; Rosa; Vasconcelos, 2022). Quanto ao número de gestações, 32 (34%) engravidaram apenas uma vez, 20 (21,3%) engravidaram duas vezes, 4 (4,3%) engravidaram 3 vezes e 3 (3,2%) engravidaram mais de três vezes. Destas mulheres, 37 (39,4%) não têm filhos vivos, 37 (39,4%) têm um filho vivo, 17 (18,1%) têm dois filhos vivos, 1 (1,1%) têm três filhos e 2 (2,1%) têm mais de três filhos. Como 32 mulheres engravidaram apenas uma vez e 37 têm um filho vivo, nota-se que 5 (5,4%) mulheres tiveram aborto (espontâneo ou provocado) ou óbito do filho. O estudo de Cardoso, Vieira e Saraceni (2020) evidencia que entre 2008 e 2015, anualmente, foram registrados aproximadamente 1600 abortos legais pagos pelo SUS, além de 200 mil internações relacionadas a abortos, não sendo possível diferenciar entre abortos provocados ou espontâneos. Já no que se refere à mortalidade infantil e fetal, o IBGE (2022) mostrou uma taxa de 12,59 óbitos para cada mil nascidos vivos em 2022. No município de Joinville, essa taxa foi de 6,54.

Sobre a situação conjugal, 43 (45,7%) mulheres são casadas, 33 (35,1%) solteiras, 15 (16%) em união estável, 3 (3,2%) são divorciadas e nenhuma é viúva.

Sobre o nível de escolaridade, 59 mulheres (59,6%) têm o ensino superior completo, 23 (24,5%) têm ensino superior incompleto, 13 (13,8%) têm o ensino médio completo e 2 (2,1%) têm o ensino médio incompleto. Estas mulheres apresentaram grande variabilidade quanto à profissão/ocupação, citando cargos relacionados à administração, analistas, assistentes sociais, cabeleireiras, contadoras, costureiras, donas de casa, empresárias em geral, enfermeiras, engenheiras, estudantes, fisioterapeutas, gerentes, operadoras de caixa, professoras, psicólogas, recepcionistas, técnicas de enfermagem e vendedoras. Conseqüentemente, a renda familiar mensal destas mulheres também apresenta grande variação: 13 mulheres apresentam renda familiar mensal de até R\$ 2.000,00, 24 mulheres entre R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00, 32 mulheres arrecadam acima de R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00 e 21 mulheres apresentaram renda familiar mensal entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00. Quatro mulheres optaram por não responder. Novamente, ao analisar estes dados, percebe-se que o estudo abrangeu mulheres em boa situação econômica, pois mulheres mais vulneráveis (com renda familiar de

até R\$2.000,00) representam a minoria respondente da pesquisa.

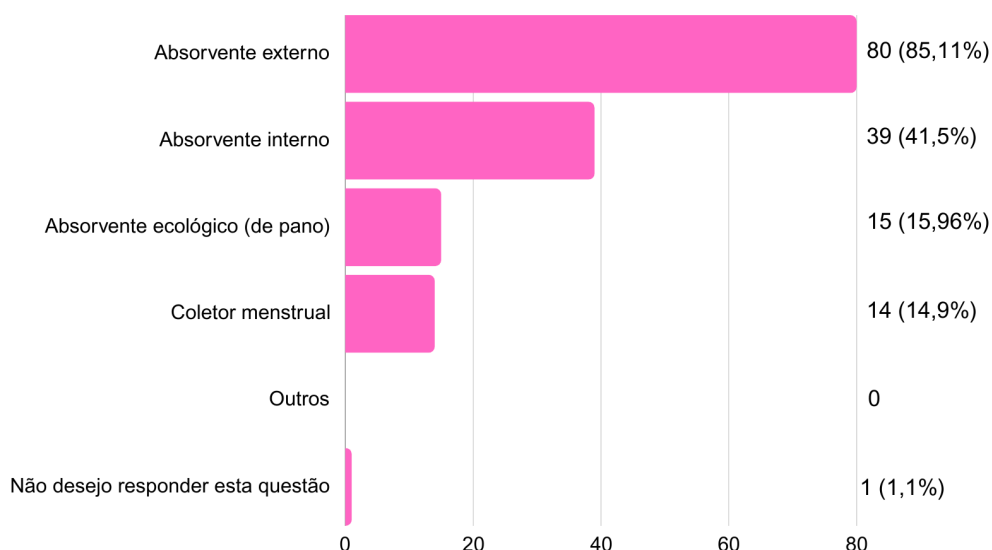
Todas as mulheres responderam que em suas casas há água encanada para realizar higiene. Destas, 64 (68,1%) afirmam que apenas uma pessoa, em suas casas menstrua (elas mesmas), 23 (24,5%) afirmam que duas pessoas menstrua, 5 (5,3%) afirmam que três pessoas menstrua e 2 (2,1%) afirmam que, em suas residências, 5 pessoas menstrua.

Quanto à idade em que tiveram a primeira menstruação, 32 (34%) mulheres afirmam que a menarca aconteceu aos 12 anos, 21 (22,3%) menstruaram pela primeira vez aos 13 anos, 15 (16%) mulheres aos 11 anos, 12 (12,8%) mulheres aos 14 anos, 5 (5,3%) mulheres aos 15 anos, 5 (5,3%) mulheres aos 9 anos, 2 (2,1%) mulheres aos 10 anos, 1 (1,1%) mulher aos 16 anos e 1 (1,1%) mulher menstruou pela primeira vez quando tinha mais de 16 anos.

De acordo com o estudo de Oliveira (2019), a idade da menarca da maioria das brasileiras é abaixo de 12 anos e o excesso de peso mostrou ser uma variável importante que colabora com a menarca precoce. Outro estudo aponta que 42% das mulheres participantes tiveram a menarca entre 8 e 12 anos e apenas 1% menstruaram pela primeira vez após os 17 anos (UNICEF, 2021).

A seguir, são apresentados os tipos de absorventes que as mulheres utilizam (nesta pergunta, poderiam escolher mais de uma opção):

Gráfico 1 - tipos de absorventes utilizados



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

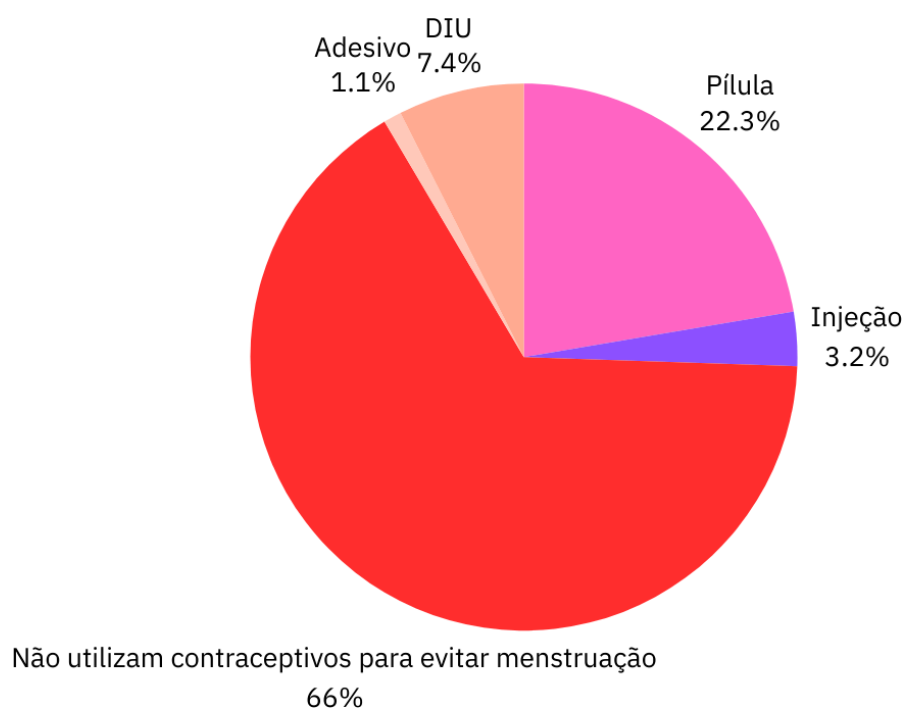
Quanto ao tempo de duração da menstruação, independente da cor ou fluxo que esteja, 31 (33%) mulheres responderam que menstruam por cinco dias, 25 (26,6%) menstruam por quatro dias, 15 (16%) mulheres menstruam por seis dias, 10 (10,6%) sangram por três dias, 8 (8,5%) mulheres menstruam por mais de seis dias, 4 (4,3%) menstruam por apenas dois dias e 1 (1,1%) optou por não responder esta questão. Esses resultados confirmam o que se encontra na literatura: os ciclos menstruais, em média, duram 28 dias e o sangramento acontece por 5 a 7 dias, podendo variar a cada ciclo (Brasil, 2024). O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (2023), curiosamente, mostra que foi a partir desses dados que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decidiu a data do Dia Internacional da Dignidade Menstrual: 28 de maio. O número 28 representa a média de dias do ciclo menstrual e 5 é a média de dias que dura a menstruação (por isso o quinto mês do ano).

Das mulheres participantes da pesquisa, 30 (31,9%) trocam o absorvente quatro vezes ao dia, 23 (24,5%) trocam 3 vezes ao dia, 20 (21,3%) trocam cinco vezes por dia, 12 (12,8%) trocam apenas duas vezes ao dia, 4 mulheres trocam seis vezes ao dia, 4 mulheres trocam de absorvente mais de seis vezes ao dia e 1

mulher optou por não responder.

Sobre métodos de contenção hormonais, o uso de anticoncepcionais para inibir a menstruação é representado no gráfico 2:

Gráfico 2 - Métodos de contenção menstrual

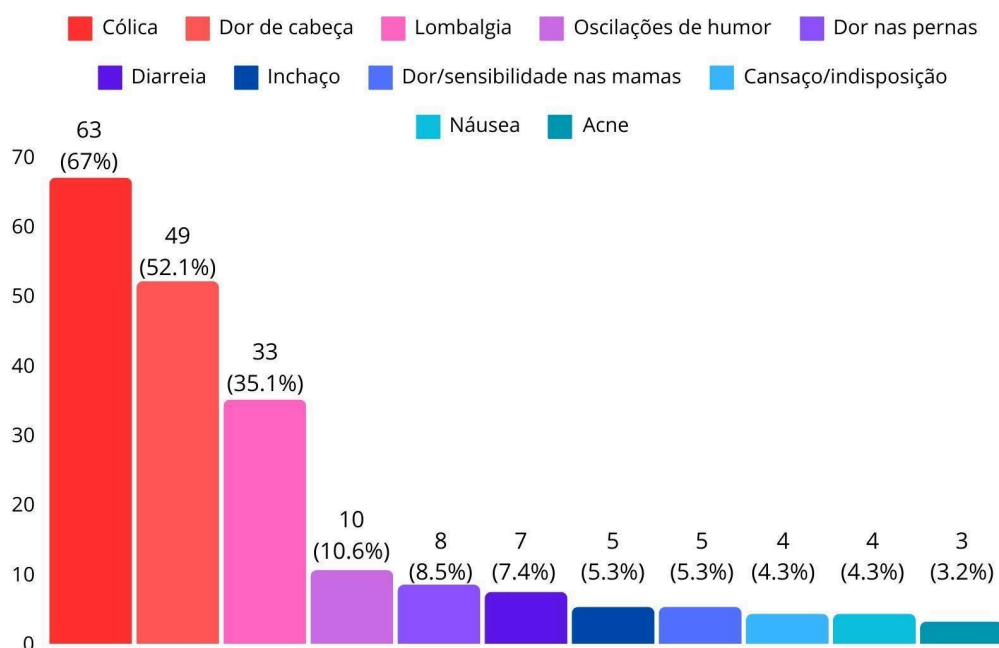


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Optei por tomar a injeção para não menstruar há muitos anos, antes mesmo da primeira gravidez há mais de 15 anos, e foi justamente em razão de todos os sintomas que interferem na nossa vida. Me sinto muito confortável e segura em não querer mais menstruar (M2).

Já sobre os sintomas da menstruação, a grande maioria das mulheres (95,7%) sentem ao menos um sintoma e a cólica é o mais comum, afetando 63 mulheres (67%), como mostra o gráfico 3:

Gráfico 3 - Sintomas da menstruação

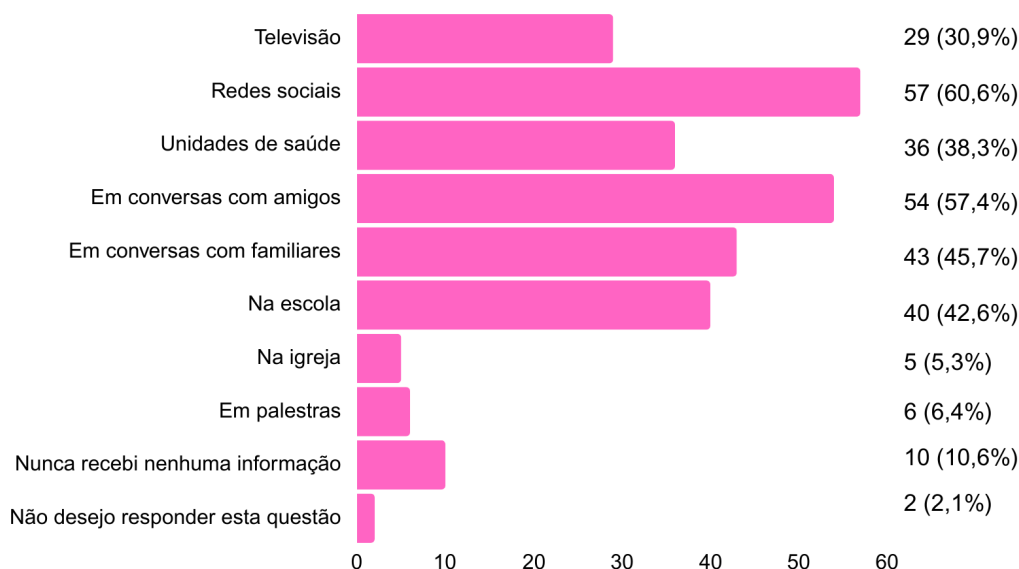


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

2. Meios de acesso à informação relacionada à saúde menstrual

O próximo gráfico mostra os meios de comunicação pelos quais essas mulheres já receberam algum tipo de informação sobre saúde menstrual (nesta pergunta, poderiam escolher mais de uma opção):

Gráfico 4 - Meios de acesso à informação sobre saúde menstrual



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Analisando as respostas, constata-se que as redes sociais tornaram-se o meio de comunicação mais utilizado para obter informações sobre saúde menstrual, seguido de conversas entre amigas.

A informação precisa ser passada desde a infância. Eu menstruei com 9 anos e não sabia o que era, fiquei uma semana sem contar pra ninguém com medo do que poderia ser. A informação liberta! Conscientizar os pais, as meninas, as mulheres sempre com esse assunto tão importante que acontece todo mês nas nossas vidas e não é muito falado... ainda tem muito tabu por trás, e todos devem ter a dignidade de ter seu absorvente mensalmente porque é muito constrangedor para uma mulher não ter acesso à informação e ao absorvente (M18).

Acredito que a menstruação tem um papel fundamental na vida social e subjetiva das pessoas que menstruam. Ela pode interferir positiva ou negativamente em diversas esferas das nossas vidas, dependendo da forma como as primeiras informações chegam quando somos adolescentes. Então as primeiras informações são fundamentais. O ideal seria que esse debate se estendesse para os ambientes profissionais (M75).

Para quem tem dinheiro e informação suficiente a menstruação atrapalha pouco. Isso é bem diferente para mulheres que não têm acesso a boa alimentação, absorventes e medicações eficientes para os sintomas. Também é ruim para mulheres com acesso limitado à informação, que acreditam que hormônios sintéticos melhoram sintomas, porém ficam com efeitos colaterais como edema e enxaqueca e nem suspeitam que seja devido ao anticoncepcional (M89).

Motta e Brito (2022) citam que a educação menstrual engloba o vasto acesso a informações sobre o ciclo menstrual, abordando as dimensões biológicas, emocionais, sociais e de sustentabilidade. Em torno da menstruação existem muitos mitos, dúvidas e desinformações e para mudar isso é necessária a busca por fontes fidedignas de informações e repassá-las a outras pessoas fornecendo a verdade, desconstruindo tabus e eliminando exageros, como se menstruar fosse algo ruim, por exemplo (Bahia, 2023). Esse processo deve ocorrer por meio de diálogo livre e com base em informações fundamentadas em evidências, e deve ser disponibilizado para todos, porém, é de extrema relevância que meninas sejam introduzidas ao tema antes da menarca (Motta; Brito, 2022).

Moreira (2021) afirma que há um atraso na educação menstrual dentro das escolas, pois informações sobre esse tema são repassadas aos alunos no fim do ensino fundamental e, neste período, a maioria das adolescentes já passaram pela menarca. Deste modo, essas meninas têm de contar com a sorte de ter um familiar ou amiga de confiança para poder orientá-las. Isso é evidenciado pelo estudo de Acácio, Peixoto e Magalhães (2023), que mostra que o conhecimento popular sobre o ciclo menstrual é genealógico, ou seja, é repassado de mães para filhas.

A pesquisa de Matos (2022) mostrou que adolescentes, tanto meninos quanto meninas, apresentam visões errôneas e confusão quanto à menstruação, os quais citaram que esse processo tem o intuito de causar dor, liberar os ovários e limpar o útero, trazendo a ideia de que a menstruação é impura.

A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, por meio do projeto “Educação menstrual nas escolas”, é responsável por ir às escolas municipais de bairros periféricos para realizar educação menstrual. Inicialmente, as participantes do projeto capacitam os professores a ensinar sobre o ciclo menstrual e a sanar questionamentos. O projeto também disponibiliza um curso *online* que ensina sobre tipos, formas de coleta e de descarte de absorventes, hormônios e ciclo menstrual (Oliveira, 2022).

Outro projeto foi criado por uma professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulado “Mulheres em rede: dignidade menstrual e meio ambiente”. O projeto é realizado por meio de rodas de conversas e palestras na universidade e na comunidade com o apoio de profissionais da saúde, que abordam temas como autoconhecimento e dignidade menstrual (Vitorino, 2022).

Zilah *et al.* (2021) destacam que é imprescindível a oferta de informações e de educação para conscientizar crianças e jovens sobre os processos fisiológicos pelos quais seus corpos passam, para que desta forma a menstruação seja reconhecida de forma apropriada: como um processo natural vivenciado pelas mulheres.

Ao serem questionadas se já procuraram algum serviço ou profissional de saúde por questões relacionadas à menstruação, 52 mulheres (55,3%) responderam que sim. Os principais motivos para que essas mulheres busquem atendimento profissional são os sintomas menstruais, ciclo irregular e consultas de rotina. Poucas foram as que relataram terem sido bem atendidas. A maioria denunciou em suas falas situações de desrespeito, constrangimento, humilhação e desinteresse dos profissionais de saúde. Os depoimentos mostram que as experiências positivas ou negativas das mulheres independem do gênero do profissional que fez o atendimento. Dessas, apenas 12 mulheres relataram ter tido experiências agradáveis durante os atendimentos.

“Sinto que ainda falta muito pra chegarmos num nível de informação pra população sobre a importância do ciclo menstrual e os sintomas que ele causa. As consultas são muito superficiais, só perguntam se você menstrua todo mês” (M18).

“(Me senti) muito frustrada pois até mesmo profissionais de saúde já chegaram a me constranger ou menosprezar meus sintomas” (M88).

“Não sinto que fui atendida de forma humanizada. Mesmo mulheres parecem não ter empatia em relação a outras mulheres quando não vivem algo semelhante” (M86).

A análise desses resultados mostra que a falta de humanização e interesse dos profissionais de saúde durante os atendimentos coloca em risco a saúde das mulheres, pois estas podem tomar decisões sozinhas sobre o uso de medicamentos para amenizar sintomas e/ou anticoncepcionais orais. Isso é o que mostra o estudo de Acácio, Peixoto e Magalhães (2023) por meio de um relato de uma mulher que apresenta manifestações do climatério e que desconhece o significado deste período, mantendo a automedicação para cada sintoma isolado. O estudo evidenciou a necessidade de implementação de estratégias de saúde relacionadas ao ciclo menstrual.

Ademais, Agra (2024) explica que em casos de endometriose, por exemplo, o SUS enfrenta desafios para fornecer o tratamento de maneira adequada devido à falta de especialistas, de medicamentos específicos, das longas filas de espera e da

falta de abordagens multidisciplinares.

3. Influências da menstruação na vida profissional

Ao serem questionadas se a menstruação já as prejudicou no trabalho e/ou aula em relação ao desempenho e participação, 58 (67,1%) mulheres responderam que este fato já aconteceu e diante de tal situação, sentiram-se frustradas, desamparadas ou desconcentradas. Algumas mulheres responderam que embora sintam dor, automedicam-se e cumprem com suas obrigações. Das entrevistadas, 43 mulheres afirmam que já deixaram de ir à aula e/ou ao trabalho devido à dor menstrual, e uma por falta de absorvente.

“Quase todo mês acontecia na minha adolescência. Tinha tanta cólica que ficava deitada com bolsa de água quente e deixava de ir na escola” (M12).

“Durante provas e apresentações... é uma situação que me deixava frustrada por não conseguir focar direito no que precisava” (M4).

“Algumas aulas de natação... horrível por querer ficar em casa e quando perdia na competição acreditava ser a falta no treino” (M54).

“Normalmente deixo de ir no primeiro dia da menstruação, onde a dor é bem intensa! Me sinto inútil e fraca por não suportar a dor “ (M82).

“Tenho crises de enxaqueca bem fortes nesse período e como sou professora não consigo desempenhar o meu papel nessas condições“ (M84).

Mulheres têm capacidade imensa de fazer melhor o que qualquer homem faz, porém há dias em que a produtividade é interrompida por consequência da mudança hormonal no período menstrual, a qual os homens não entendem e acabam entendendo que é por falta de comprometimento. M48

“Aceitei que não tem muito que fazer para mudar a situação e faço o que precisa da mesma forma... tomo remédio e toco a bola pra frente” (M12).

“Inúmeras vezes me senti em desvantagem por precisar desempenhar trabalhos menstruada lidando com dores quase insuportáveis enquanto colegas homens não tinham esse problema“ (M86).

“(...) desconforto em reuniões que duravam muito tempo, e não poderia interromper uma apresentação para ir ao banheiro” (M6).

(...) E todo mês tudo se repete. Sinto que a gente perde um pedaço da vida em função disso. Mas é natural, é uma questão da nossa natureza. Eu acredito que deveria haver mais acolhimento desse tema, maior compreensão por parte da sociedade que nem sempre nosso rendimento será bom nesta época do mês (M45).

Esses resultados também são evidenciados no estudo de Moraes *et al.*

(2019), em que as mulheres relatam incapacidade para trabalhar, tendo até mesmo que se ausentar devido aos sintomas e ao alto fluxo menstrual.

As mulheres destacam as diferentes formas de vivenciar o período menstrual em um local de trabalho predominantemente feminino ou masculino. Por outro lado, o diálogo, sinalizando que está no período menstrual, pode contribuir positivamente na experiência desse processo no local de trabalho.

“Ocasionalmente, em virtude das crises de enxaqueca que tenho nesse período. Trabalho em contextos quase 100% femininos, então na maioria das vezes me senti compreendida. Mas entendo que este é um cenário privilegiado” (M24).

“No período menstrual é muito difícil se relacionar no ambiente do trabalho, principalmente no lugar em que executo as minhas funções pois aqui o ambiente é 80% masculino” (M78).

Na verdade, a menstruação nunca foi algo vergonhoso pra mim, entendo que é um privilégio da mulher menstruar e poder gerar vidas. Então quando estou menstruada costumo avisar e tenho a colaboração de todos, compreensão de que vou estar mais quieta, não vou me esforçar tanto fisicamente... me sinto privilegiada e cuidada (M83).

“Penso que a conquista no Distrito Federal de licença menstrual é algo que deve ser aplicado a todo o país” (M62).

O desconforto menstrual pode interferir no trabalho, apresentando índices significativos de absenteísmo e redução da produtividade (Silva *et al.*, 2019). A Lei Complementar nº 1032/2024 foi promulgada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, garantindo às servidoras públicas licença menstrual por até três dias em casos de sintomas graves e após anuência da medicina ocupacional (Distrito Federal, 2024). Este projeto é factível ao considerar os aspectos históricos da mulher na sociedade e ao analisar a menstruação como um processo fisiológico intrínseco às trabalhadoras, porém, o consentimento da licença pode ser instável visto que a intensidade dos sintomas menstruais variam conforme a individualidade e ciclo menstrual de cada mulher, tornando inviável a aferição da intensidade dos sintomas. Além disso, a licença menstrual pode causar futuras discriminações durante a contratação de mulheres, colocando em risco seus direitos sociais conquistados historicamente com muita luta (Silva; Oliveira, 2020).

4. Influências da menstruação na vida social

As mulheres relataram que a menstruação influencia significativamente em

sua vida social.

Por mim, não menstruava nunca mais pois ela interfere em tudo na minha vida, principalmente no meu desempenho nas coisas diárias, no trabalho, relacionamentos pessoais. Ter que trabalhar, cuidar de casa e filhos com dores e com desconforto pela menstruação em si tem sido momentos de estresse (M87).

Sobre as atividades de lazer, 62 (66%) mulheres já deixaram de realizar essa prática por estarem menstruadas, principalmente ir à praia ou piscina. O motivo desta privação, segundo as participantes, foram fortes dores (cólica e enxaqueca, principalmente) ou por medo de vazamentos e constrangimentos:

“Algumas vezes precisei ficar em casa por conta da intensidade do fluxo não permitir que eu saísse de casa sem vazamentos. Também já saí de casa e tive vazamento e virei chacota por homens que nunca passaram por isso” (M86).

Quando eu não usava anticoncepcional minha menstruação era extremamente desregulada e fluxo extremamente intenso. Estava em um passeio com a família do meu namorado e começou a vazar muito e não tinha papel no banheiro de um restaurante que vimos, vazou na calcinha e no shorts, tivemos que ir embora pra casa por conta dessa situação. Chorei horrores porque fico mais sensível e me senti muito culpada por estar estragando um passeio e termos que ir embora por minha causa. (...) Se é férias e minha família quer ir à praia, eu preciso ver algum jeito de ir em praia que tenha um banheiro acessível para trocar o OB, ou algum lugar que eu possa trocar. Me sinto mal pois parece que estou atrapalhando... Ah, e sempre que vou pra algum lugar que vou ficar mais tempo eu uso OB pra dormir todas as noites, porque mesmo com o anticoncepcional eu ainda tenho um fluxo muito forte e tenho medo que vaze (M57).

O acesso às condições adequadas de higiene durante a menstruação é fundamental para que as mulheres mantenham a dignidade e a saúde. A falta de banheiros adequados para a troca de absorventes, de um local adequado para o descarte dos itens usados e de água e sabão representam sérios desafios às mulheres no que se refere ao manejo saudável da menstruação (UNICEF, 2021). Além disso, por não encontrar condições de realizar a higiene menstrual, muitas mulheres retêm a urina por longos períodos, o que pode causar infecções urinárias e outros problemas de saúde (UNICEF, 2021). Condições sanitárias precárias resultam principalmente em problemas ginecológicos em adolescentes, tem-se observado um predomínio de infecções causadas por falta de higiene menstrual (Nnennaya *et al.*, 2021).

Um estudo realizado com acadêmicas de um curso de enfermagem mostrou que os sentimentos de vergonha, tensão ou de estar atrapalhando por estar menstruada interferem nos relacionamentos com a família e nas relações sociais (Daronco; Muller; Arruda, 2024).

Mundim, Souza e Gama (2021) relatam que várias crenças e tabus estão começando a ser desmistificados lentamente e as mulheres estão passando a ter mais autonomia, considerando suas particularidades. Ao ter mais conhecimentos sobre o ciclo menstrual, as mulheres ganham mais confiança e segurança quanto a esse processo. Por outro lado, o peso desse tabu passa a diminuir somente quando há uma abertura à discussão desse tema.

“(Me senti) constrangida, pois precisei explicar que o motivo da minha ausência era devido à menstruação” (M56).

Além dessas situações causarem sentimentos de frustração, chateação, desânimo e irritação, algumas mulheres relatam que se isolam ou sentem-se deslocadas nesses momentos.

Outras mulheres, por outro lado, não se incomodam com tal situação, considerando este momento de recolhimento como um autocuidado:

“Já deixei de ir à praia, piscina, festas, pois no período não me sinto bem fisicamente para fazer atividades agitadas. Me senti bem pois estava priorizando o meu bem estar, a saúde do meu corpo” (M83).

“(Deixei de ir) muitas vezes. Não interfere no meu psicológico. A gente deixa de ir a esses lugares por outros motivos também” (M45).

“Sinto que faz parte da vida e do ciclo, se respeitarmos nosso corpo no outro dia estaremos bem” (M89).

Sobre a prática de esportes, 60 mulheres (63,8%) afirmam que já deixaram de lado suas atividades por estarem menstruadas, principalmente por conta dos sintomas e desconforto.

“(Deixei de praticar) musculação, devido ao mal estar de estar com absorvente” (M7).

“Normalmente nos primeiros dias da menstruação porque sinto as pernas e lombar cansadas, pesadas” (M81).

Santos (2021) mostrou diferença nos níveis de força e desempenho durante as fases do ciclo menstrual, e é na fase lútea, durante os sintomas pré-menstruais, que o corpo feminino tem maior percepção de esforço e necessita de mais força para executar os exercícios. De forma semelhante, Rutenberg, Cezne e Vidal (2022) na qual as mulheres que não utilizam contraceptivos orais sentem um forte efeito dos sintomas menstruais durante os treinos de força, apresentando uma importante queda no desempenho durante as fases lútea e menstrual.

A maioria das mulheres (63,8%) não encontram impeditivos para atividades sexuais durante o período menstrual. Apenas 27 mulheres (28,7%) relatam que a menstruação já interferiu em suas relações afetivas e sexuais. Duas mulheres (2,1%) referiram não ter vida sexual ativa e uma mulher (1,1%) não quis responder. Foi possível perceber que, em alguns casos, as mulheres evitam e, em outros, os parceiros também evitam relações durante esse período.

“Fico extremamente sensível e irritada e isso atrapalha meus relacionamentos” (M76).

Todos os meses [sente que a menstruação afeta sua vida amorosa]. Não consigo imaginar quantas vezes. Me sinto incompreendida pelo meu parceiro. Ele respeita na questão sexual e nunca questionou, mas na parte comportamental eu acho que os homens nunca entenderão o que é, para nós, esta fase do mês (M45).

“Parece que (ao) estar menstruada, se cria uma barreira para o parceiro se aproximar.” (M35).

“Meu esposo não se importa com o sangue desse período, então costumo ter relações normalmente... no chuveiro normalmente, porque eu me incomodo com o sangue mas não sinto dor, nem me inibe de ter vontade e prazer “ (M83).

“Atualmente, por estar em um relacionamento longo isso não é tabu, porém na época de solteira evitava ‘dates’ estando menstruada. Porém, isso não afetava grandemente, apenas uma remarcação” (M89).

Quanto às brincadeiras preconceituosas, 43 mulheres (45,7%) afirmam que já vivenciaram piadas por estarem no período pré-menstrual ou menstruadas, inclusive em ambientes familiar e de trabalho, influenciando negativamente em suas relações sociais. Tais experiências trazidas por essas mulheres reforçam o quão importante é falar amplamente sobre a temática, desmistificando tabus e preconceitos.

“Ouvi de familiares que eu não poderia ir junto em passeios de família pois eu iria sujar de sangue os lugares” (M86).

“Na adolescência os meninos espalhavam a notícia de quando as meninas ficavam ‘mocinha” (M72).

“Piada sobre estar de TPM, nervosa, irritada” (M63).

”Falas como ‘é só segurar a menstruação’ e ‘cólica nem é tão forte, um chute nas partes baixas que dói de verdade” (M85).

“Se estou revoltada com alguma situação, algumas pessoas relacionam com TPM ou estar menstruada ou que estar muito indisposta durante o período menstrual

é frescura” (M27).

“Na adolescência. E eu fazia (piadas) também, até que uma colega da mesma idade me chamou a atenção, que isso não se brinca pois é constrangedor” (M89).

Atualmente, podemos perceber de forma explícita o quanto a sociedade continua tratando o período menstrual como uma doença contagiosa, não apenas os homens, mas mulheres também. Não podemos comentar sobre o assunto que todos se sentem desconfortáveis, como se fosse algum tabu. Sem falar que quando uma mulher esquece seu absorvente e pede para outra, o absorvente é entregue como se fosse algum tipo de substância ilegal, procura-se esconder de todos o fato de você precisar trocar ele (M56).

Miranda e Fernandes (2020) afirmam que, desde a menarca, as mulheres são influenciadas a se comportar de forma “apropriada” enquanto estão menstruadas, mantendo esse processo ainda como um tabu. Esse fato é evidenciado em práticas como esconder o fato de estar menstruada e utilizar outros apelidos para nomear a menstruação. Assim, foram criadas expressões que suavizam o termo “estar menstruada” como “estar de chico” ou “estar naqueles dias”, vinculando esse processo fisiológico e natural a algo pejorativo (Mundim; Souza; Gama, 2021).

Por muitos anos, a menstruação foi um assunto abordado somente entre amigas ou entre mães e filhas e essa censura refletiu em vários mitos e crenças que se estenderam por diversas gerações. Esses estigmas são a consequência da falta de informações referentes ao processo menstrual (Nascimento, 2022).

Espera-se que com conhecimentos sobre o ciclo menstrual, a educação menstrual ajude a desmistificar tabus e crenças e a diminuir constrangimentos e estresses, além de promover empoderamento às mulheres e um comportamento mais respeitoso vindo de meninos e homens (UNICEF, 2021).

5. Influências da menstruação na vida econômica

Segundo o relato das participantes, a cada menstruação, o valor que essas mulheres gastam com absorvente (ou com outros meios de conter o sangramento) varia de R\$ 5,00 a R\$ 68,00. Algumas destacaram os benefícios em investir em meios reutilizáveis, sendo sustentáveis, econômicos e ecológicos. As desvantagens destes métodos consistem no desconforto das trocas e lavagens dos coletores em banheiros públicos pequenos.

“R\$ 60,00, aproximadamente, para compra de pacotes maiores, por questão de economia” (M74).

“As calcinhas têm longa duração (cerca de 100 lavagens) e custam, em média, R\$90,00 cada. Numa estimativa muito grosseira, diria que menos de R\$10,00 por ciclo” (M24).

“Uso coletor, comprei por aproximadamente cem reais, já faz um ano” (M20).

Motta e Brito (2022) afirmam que no Brasil ainda não existe uma política nacional consolidada no contexto de higiene menstrual, principalmente devido à falta de representação política que limita discussões mais abrangentes sobre essa questão no âmbito público. Por outro lado, observa-se um aumento das políticas de fornecimento de absorventes às meninas e mulheres que se encontram em situação financeira inadequada. Em março de 2023, o governo federal criou o Programa Dignidade Menstrual que busca distribuir absorventes gratuitos às mulheres em situações de vulnerabilidade, criar ações de educação menstrual, promover escuta qualificada em unidades de saúde, diminuir a desigualdade de gênero e estimular o autocuidado considerando os efeitos menstruais (Brasil, 2024).

Com relação a limitações financeiras, 9 (9,6%) mulheres que responderam ao questionário afirmaram que já deixaram de comprar absorvente por não ter condições financeiras e destas, 5 afirmam que foram várias vezes que isso aconteceu.

“Na falta substituí por papel higiênico ou toalhinhas, mas nunca faltei a aula por causa disso” (M83).

“Usava panos, meias velhas...” (M48).

Considerando o uso de outros objetos para conter o sangue, é importante também observar a realidade de mulheres de comunidades precárias, em situação de rua e privadas de liberdade que constantemente encaram a escassez de atenção às suas necessidades particulares e, muitas vezes, utilizam outras opções para substituir os absorventes, como o miolo de pão amassado na forma de um absorvente interno e inserido na vagina para realizar a função de absorver o fluxo (Zilah *et al.*, 2021).

Situações em que ocorre a ausência de informações sobre menstruação, de acesso a produtos menstruais e de infraestrutura apropriada para garantir a higiene menstrual definem a pobreza menstrual (UNFPA, 2023), que age como um obstáculo para alcançar a igualdade de gênero (Bahia, 2021).

De todas as participantes, apenas 4 (4,3%) afirmaram que já receberam absorventes por meio de doações de amigas, do governo estadual, de parentes e de

escolas de educação de jovens e adultos. Este resultado se dá porque a maioria das participantes relatou boa renda mensal e poucas citaram viver em situações de pobreza menstrual.

Um estudo realizado em capitais e cidades médias das cinco regiões brasileiras, constatou que mais da metade das meninas de 14 a 19 anos nunca teve a oportunidade de realizar uma consulta com ginecologista e dessas, quase 70% recebem menos de um salário mínimo e não possuem acesso aos cuidados básicos de saúde nesse aspecto, ressaltando as desigualdades enfrentadas pelas camadas mais pobres da sociedade (*Plan International, 2021*).

Além disso, de acordo com o Instituto Trata Brasil (2022), a falta de acesso à água tratada ou de abastecimento regular afeta uma em cada quatro brasileiras. Adicionalmente, a quantidade de mulheres que vivem em residências sem coleta de esgoto aumentou de 26,9 milhões para 41,4 milhões no período de 2016 a 2019, representando um crescimento anual de 15,5% no total de mulheres brasileiras afetadas por essa questão que impede o manejo adequado da higiene menstrual.

Considerando isto, Bahia (2023) frisa que uma mulher tem sua dignidade infringida quando não vive o período menstrual de maneira satisfatória. É uma questão crucial o direito à higiene menstrual, tanto para os direitos humanos quanto para a saúde pública.

Como eu tenho condição de comprar absorvente e OB, é um pouco mais tranquilo. Mas penso nas pessoas que têm um fluxo forte como eu e que não possuem essas condições, que têm que usar pano ou sei lá... Se eu já passei por situações constrangedoras tendo recursos, pensa quem não tem! Deve ser horrível! Fico feliz que agora o governo tenha feito aquela ação de distribuir absorventes gratuitos, porém penso que deveria ser mais amplo porque, se eu não me engano, é pra quem ganha até 400 reais, e mesmo se a pessoa ganha 600 (reais) ela tem dificuldade ainda de comprar esses materiais... mas já é um avanço, finalmente (M57).

CONCLUSÃO

Foi possível alcançar os objetivos do estudo e constatar que a menstruação interfere na vida profissional, social e econômica das mulheres. As falas das participantes evidenciaram que o fato de menstruar interfere para a equidade de gênero no âmbito profissional, pois no período menstrual muitas vezes não conseguem apresentar o mesmo desempenho e produtividade que os homens, restringe as mulheres de estarem em determinados ambientes de lazer, afetando sua vida social, além do alto gasto mensal que desprendem para conter o fluxo

sanguíneo. Deste modo, o estudo foi importante para evidenciar que a menstruação influencia negativamente nas diversas áreas da vida das mulheres.

Essa pesquisa evidenciou que os principais meios de informação sobre menstruação são as redes sociais e conversas entre amigas, mostrando assim, a importância de se realizar educação em saúde dentro das escolas e também do papel do enfermeiro em orientar as mulheres e elaborar projetos voltados à população.

Os resultados desta pesquisa também mostraram a falta, por vezes, de humanização e empatia dos profissionais de saúde durante o atendimento em serviços de saúde, o que evidencia a necessidade desses profissionais em se atualizar sobre o tema para poder assistir mulheres e meninas com um olhar amplo e holístico.

Além disso, informações sobre a menstruação também devem ser repassadas aos meninos e homens para que seja desmistificado o tabu que envolve essa temática, promovendo respeito e empatia nos diversos ambientes, como nas escolas, nos ambientes de trabalho e de lazer.

Embora os objetivos deste estudo tenham sido alcançados, a limitação deste estudo consiste na boa situação econômica de suas participantes. Em sua maioria moram em bairros nobres e esses fatos podem levar a um viés de estudo. Embora representem a minoria, algumas mulheres relataram a falta de condições financeiras para comprar absorvente e também o recebimento desses itens por meio de doações. Talvez estudos realizados nas periferias consigam atingir essas meninas e mulheres em situações de vulnerabilidade, e ampliar a ótica com relação à influência da menstruação nesses contextos socioeconômicos.

É importante salientar, mais uma vez, que a pobreza menstrual não aborda apenas a falta de condições financeiras para comprar itens de higiene menstrual, mas também a ausência de informações corretas sobre o ciclo menstrual, a falta de atenção que se tem com este tema e falta de condições dignas para o manejo da menstruação; sendo todas essas situações encontradas no resultado desse trabalho.

Este trabalho, em conjunto com novas abordagens relacionadas ao tema, propicia a expansão de políticas públicas, de conscientização e de soluções que visem o conforto menstrual, contribuindo para o bem-estar dessas populações e para a redução da desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

ACÁCIO, Mariana da Silva; PEIXOTO, Jefferson de Oliveira; MAGALHÃES, Isabella Medeiros de Oliveira. A saúde da mulher como foco principal da intervenção em uma Unidade de Atenção Básica: um relato de experiência. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 12, n. 7, p. 0-0, 15 jul. 2023. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i7.42451>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/42451>. Acesso em: 21 set. 2024.

AGRA, M. **Deputadas reclamam de falta de suporte a mulheres com endometriose e pedem tratamento adequado**. 2024. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1043096-deputadas-reclamam-de-falta-de-suporte-a-mulheres-com-endometriose-e-pedem-tratamento-adequado/>. Acesso em: 21 set. 2024.

BAHIA, Letícia. **Livre para Menstruar**: pobreza menstrual e a educação de meninas. 2021. Disponível em: <https://livreparamenstruar.org/>. Acesso em: 29 set. 2024.

BAHIA. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. Secretaria da Educação. **Saúde Menstrual é um Direito**: vamos falar sobre menstruação? Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/saudemenstrualeumdireito1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. São Paulo, 2016.

BAUMGARTEN, Nicole Cristine. Menstruapps: da datificação de sujeitos menstruantes à biopolítica de si. **Anais da VIII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**, São Carlos, p. 609-622, nov. 2021. Semanal.

BRASIL. Lei nº 14874, de 28 de maio de 2024. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Brasília, DF, 29 maio 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14874.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 12 de dez. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 05 dez. 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Dignidade Menstrual**: um ciclo de respeito. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/dignidademenstrual>. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Ofício Circular nº 2, de 24 de fevereiro de 2021. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília, DF, 24 fev. 2021. Ministério da Saúde. Disponível em: https://propp.ufu.br/sites/propp.ufu.br/files/media/documento/oficio_circular_n.2_2021_ambiente_virtual.pdf. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRITO, Lorena Medeiros Toscano de; SIQUEIRA, Mariana de. O backlash antidignidade menstrual no Executivo brasileiro: quando falta dinheiro para comida, absorvente é artigo de luxo. **Revista Direito Gv**, [S.L.], v. 20, n. 0, p. 1-27, 2024. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172202411>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/YyXRMjk6vP7hBDQwm8P7fTq/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. **Pobreza menstrual e políticas públicas para mulheres e meninas**. 2021. 103 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2021. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/19809/3/TCCG%20-%20Direito%20-%20Mariana%20Alves%20Peixoto%20da%20Rocha%20Brito%20-%202021.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, [s. /], p. 179-191, jul. 2013. Semestral.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 1-13, nov. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/01002-311x00188718>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8vBCLC5xDY9yhTx5qHk5RrL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2024.

CERQUEIRA, Monique Borba. Pobreza, periferia e diversidade cultural: desafios para a saúde. **Desigualdades e Iniquidades em Saúde**. v. 12, n. 2, p. 138-142, ago. 2010.

CRESWELL, John Ward; CRESWELL, John David. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. 398 p.

CUNHA, Marina Silva da; ROSA, Ana Maria Paula; VASCONCELOS, Marcos Roberto. Evidências e fatores associados ao fenômeno de adiamento da maternidade no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S.L.], v. 39, p. 1-24, 12 jan. 2022. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0187>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/MxVLch4TRsD5VcLs8Xr88bg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2024.

DARONCO, Karolyne Fernandes; MULLER, Lavinia Almeida; ARRUDA, Edson Henrique Pereira de. Prevalência da síndrome pré-menstrual em acadêmicas do

curso de enfermagem de uma universidade pública: estudo transversal. **Brazilian Journal Of Pain**, [S.L.], v. 7, p. 1-6, 2024. GN1 Sistemas e Publicacoes Ltd. <http://dx.doi.org/10.5935/2595-0118.20240006-pt>. Disponível em: <https://scielo.br/j/brjp/a/3SKLmLDcj5YKLvCCghBsgGB/?lang=pt#>. Acesso em: 28 set. 2024.

DISTRITO FEDERAL. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Lei garante até 3 dias de 'licença menstrual' para servidoras do DF**. 2024.

Disponível em:

<https://www.cl.df.gov.br/-/lei-garante-ate-3-dias-de-licenca-menstrual-para-servidoras-do-df>. Acesso em: 22 set. 2024.

GOES, Emanuelle Freitas; MENEZES, Greice M. S.; ALMEIDA, Maria-da-Conceição C.; ARAÚJO, Thália Velho Barreto de; ALVES, Sandra Valongueiro; ALVES, Maria Teresa Seabra Soares Britto e; AQUINO, Estela M. L.. Vulnerabilidade racial e barreiras individuais de mulheres em busca do primeiro atendimento pós-aborto. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 1-13, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00189618>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Gk58HJMk95gYjSqztFm84hS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 15 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no brasil. 3. ed. Nao Sei: Nao Sei, 2024. 38 v. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de mortalidade infantil**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/39/30279>. Acesso em: 10 nov. 2024.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **O Saneamento e a vida da mulher brasileira 2022**. 2022. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/o-saneamento-e-a-vida-da-mulher-brasileira-2022/>. Acesso em: 29 set. 2024.

MARQUES, Fernanda Hoffmann. **POBREZA MENSTRUAL DE MULHERES QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA**. 2022. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Promoção da Saúde, Universidade Cesumar, Maringá, 2022. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/mestrado-e-doutorado/wp-content/uploads/sites/226/2024/04/FERNANDA-HOFFMANN-MARQUES.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

MATOS, Sabrina Santos. **CICLO MENSTRUAL**: concepções de estudantes do 8º ano acerca do fenômeno. 2022. 31 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - Departamento de Biologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em:

https://ri.ufs.br/jspui/bitstream/riufs/17276/2/Sabrina_Santos_Matos.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

MIRANDA, Bruna Cristina Boaventura; FERNANDES, Estevão Rafael. MENSTRUÇÃO E SUAS REPRESENTAÇÕES NA MÍDIA: uma análise sobre sangue, tabu e gênero. **Diálogos**: Economia e Sociedade, Porto Velho, v. 4, n. 2, p. 261-273, jun. 2020. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/dialogos/article/view/489/382>. Acesso em: 20 out. 2024.

MORAES, Patricia Albuquerque; BARBIERI, Márcia; TANAKA, Luiza Hiromi; GABRIELONI, Maria Cristina. Percepção das mulheres sobre o impacto da menstruação no cotidiano de vida. **Saúde (Santa Maria)**, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 13, 1 ago. 2019. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2236583437215>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/37215>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MOREIRA, Luisa Prado Afonso. **Pobreza Menstrual no Brasil**: diagnóstico e alternativas. 2021. 31 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão de Políticas Públicas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/0d8c4d99-87a9-4bec-bebe-6c2ff1a826d5/content>. Acesso em: 21 set. 2024.

MOTTA, Ivan Dias da; ARAÚJO, Maria de Lourdes; SILVA, Marcos Alves da. Por uma política pública educacional de fornecimento de produtos de higiene menstrual. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 189-212, jul. 2021. Semestral.

MOTTA, Maria Carolina Carvalho; BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. **Confluências**: Revista interdisciplinar de sociologia e direito, Niterói, v. 24, n. 1, p. 33-64, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/53627/31776>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MUNDIM, Maria Luísa Eleutério; SOUZA, Milena Polizelli Leite de; GAMA, Vitor Castalões. Transformação da percepção da menstruação entre gerações. **Tensões Mundiais**, [S.L.], v. 17, n. 33, p. 229-247, 18 jan. 2021. Tensões Mundiais. <http://dx.doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v17i33.3435>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/3435>. Acesso em: 28 set. 2024.

NASCIMENTO, Jackeline Freitas Marinho. **O PAPEL DA ENFERMAGEM NA DESMISTIFICAÇÃO DE ESTIGMAS ACERCA DA MENSTRUÇÃO**. 2022. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Escola de Ciências Sociais e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4163/1/O%20papel%20da%20enfermagem%20na%20desmistificacao%20de%20estigmas%20acerca%20da%20menstruacao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

NNENNAYA, Esther Umahi; ATINGE, Sonnen; DOGARA, Somterimmam Paul; UBANDOMA, Rimande Joel. Menstrual hygiene management among adolescent

school girls in Taraba State, Nigeria. **African Health Sciences**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 842-851, 2 ago. 2021. African Journals Online (AJOL). <http://dx.doi.org/10.4314/ahs.v21i2.45>. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/ahs/article/view/211783>. Acesso em: 28 set. 2024.

OLIVEIRA, Anna Luiza. **A importância da educação menstrual nas escolas**. 2022. Postado por Geane Beserra Pereira. Disponível em: <https://integra.ufms.br/a-importancia-da-educacao-menstrual-nas-escolas/>. Acesso em: 28 set. 2024.

OLIVEIRA, Kettyuscia Coelho e. **A idade da menarca em escolares na cidade de Manaus, Brasil**. 2019. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17144/tde-12022020-174736/publico/KETT YUSCIACOELHOEOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

PASSOS, Luana; SOUZA, Lorena. Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 198-209, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e73900>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/RHprbDRJTMdxg8Pqjmbxnpng/?format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

PLAN INTERNATIONAL. **Por ser menina**. [S.l.: s.n.], [2021?]. 110 p. Disponível em: <https://plan.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-por-ser-menina-final.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

ROCHA, Isabella Coelho da; SÁ, Mayara Macedo de; NASCIMENTO, Débora Cristina Margueron do; RODRIGUES, Júlia Gomes; SILVA, Victoria Coelho Araújo; SHIRAIISHI, Leticia Sayuri; SANTOS, Ana Carolina Yumi Mizuguchi Bezerra dos; TRIVELIN, Maria Laura de Oliveira de Avelar Alchorne. Pobreza menstrual no mundo: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 10704-10714, 11 fev. 2022. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv8n2-149>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43942/pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

RUTENBERG, Jéssica; CEZNE, Alessandra Fátima; VIDAL, Rafael Gemin. Os efeitos das fases do ciclo menstrual no volume total de treinamento de força. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 11, n. 5, p. 1-8, 16 abr. 2022. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28771>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360019083_Os_efeitos_das_fases_do_ciclo_menstrual_no_volume_total_de_treinamento_de_forca. Acesso em: 28 set. 2024.

SANTOS, Alyne Crizostimo dos. **A INFLUÊNCIA DO CICLO MENSTRUAL NO DESEMPENHO FÍSICO DE MULHERES PRATICANTES DE TREINAMENTO RESISTIDO**. 2021. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Pontifícia Universidade Católica, Goiânia, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3120/1/Artigo%20Alyn%20Crizostimo%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

SILVA, Fabiano Fernando da; OLIVEIRA, Lourival José de. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E PROTEÇÃO DA MULHER: reflexões sobre o projeto de lei n.º 1.143/19 e a criação da licença menstrual no Brasil. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, Encontro Virtual, v. 6, n. 2, p. 55-75, dez. 2020. Semestral. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/7037/pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

SILVA, Franciele Brito Pereira; SOUZA, Juliana de Oliveira; JANUÁRIO, Priscila de Oliveira; CRUZ, Ariela Torres. Prevalência Da Dismenorreia E Sua Influência Na Vida De Trabalhadoras Brasileiras. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, Barra Mansa, v. 13, n. 14, p. 64-82, 26 fev. 2019. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/1017>. Acesso em: 04 dez. 2024.

SOUZA, Virginia Ramos dos Santos; MARZIALE, Maria Helena Palucci; SILVA, Gilberto Tadeu Reis; NASCIMENTO, Paula Lima. Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. **Acta Paul Enferm.**, v. 34, mar. 2021. Disponível em: <https://acta-ape.org/article/traducao-e-validacao-para-a-lingua-portuguesa-e-avaliacao-do-guia-coreq>. Acesso em 29 jul. 2024.

UNFPA. **RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA DIGNIDADE MENSTRUAL**. 2023. 35 p. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/recomendacoes-dig-menstrual_v2.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

UNICEF. **POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL**: desigualdades e violações de direitos. 2021. 51 p. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

VITORINO, Rayssa. **Professora da UFRN cria projeto sobre dignidade menstrual**. 2022. Disponível em: <https://ufrn.br/imprensa/noticias/56700/professora-da-ufrn-cria-projeto-sobre-dignidade-menstrual>. Acesso em: 21 set. 2024.

ZILAH, Débora; SANTIAGO, Francielly; CARVALHO, Isabela; FERREIRA, Luíza. **Pobreza menstrual**. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Cidade Universitária - Campus Liberdade, Centro Universitário Una, Belo Horizonte, 2021.

5 CONCLUSÃO

Com esta pesquisa, foi possível alcançar os objetivos do estudo e constatar que a menstruação exerce influência em vários âmbitos da vida das mulheres. Deste modo, é importante ressaltar que a menstruação não se refere apenas ao ato de sangrar mas que também interfere na vida profissional, social e econômica das mulheres. Este estudo também se mostrou relevante na intenção de desmistificar tabus e preconceitos da sociedade quanto à menstruação.

O estudo evidenciou que os principais meios de informação sobre menstruação são as redes sociais e conversas entre amigas, mostrando assim, a importância de se realizar educação em saúde dentro das escolas e também do papel do enfermeiro em orientar as mulheres e elaborar projetos voltados à população.

Os resultados desta pesquisa também mostraram, por vezes, a falta de humanização e empatia dos profissionais de saúde durante o atendimento em serviços de saúde, o que evidencia a necessidade desses profissionais em estudar e se atualizar sobre o tema para poder assistir mulheres e meninas com um olhar amplo e integral, não apenas considerando o processo biológico da menstruação.

Além disso, informações sobre a menstruação também devem ser repassadas aos meninos e homens para que saibam respeitar esse processo nas escolas, nos ambientes de trabalho e de lazer, visto que essa pesquisa mostrou que a maioria das mulheres já sofreram interferências menstruais no desempenho de suas funções, durante atividades de lazer e práticas de atividades físicas, além de terem vivenciado piadas preconceituosas por estarem no período pré-menstrual ou menstruadas.

Quanto à caracterização das participantes, o estudo abrangeu mulheres com melhor situação econômica, pois mulheres mais vulneráveis (com renda familiar de até R\$2.000,00) representam a minoria respondente da pesquisa. Além disso, a maioria das participantes moram em bairros nobres de Joinville e esses fatos podem levar a um viés de estudo. Embora representem a minoria, algumas mulheres relataram a falta de condições financeiras para comprar absorvente e também o recebimento desses itens por meio de doações.

É importante salientar, mais uma vez, que a pobreza menstrual não aborda apenas a falta de condições financeiras para comprar itens de higiene menstrual,

mas também a ausência de informações corretas sobre o ciclo menstrual, a falta de atenção que se tem com este tema e falta de condições dignas para o manejo da menstruação; sendo todas essas situações encontradas no resultado desse trabalho.

Algumas sugestões de novas abordagens sobre esse tema seriam a realização de entrevistas *in loco* em regiões periféricas, em unidades de saúde públicas ou em unidades prisionais para conhecer melhor como a menstruação impacta na vida dessas mulheres. Outro ponto interessante a ser abordado é o impacto da menstruação na vida das adolescentes, considerando que, embora o estudo tenha sido realizado com mulheres maiores de 18 anos, trouxe falas correspondentes à pobreza menstrual vivenciada nessa etapa da vida, além de sintomas mais intensos e a falta de conhecimento sobre o ciclo menstrual dentro das escolas.

Este trabalho, em conjunto com novas abordagens relacionadas ao tema, propicia a expansão de políticas públicas, de conscientização e de soluções que visem o conforto menstrual, contribuindo para o bem-estar dessas populações e para a redução da desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

ACÁCIO, Mariana da Silva; PEIXOTO, Jefferson de Oliveira; MAGALHÃES, Isabella Medeiros de Oliveira. A saúde da mulher como foco principal da intervenção em uma Unidade de Atenção Básica: um relato de experiência. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 12, n. 7, p. 0-0, 15 jul. 2023. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i7.42451>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/42451>. Acesso em: 21 set. 2024.

AGRA, M. **Deputadas reclamam de falta de suporte a mulheres com endometriose e pedem tratamento adequado**. 2024. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1043096-deputadas-reclamam-de-falta-de-suport-e-a-mulheres-com-endometriose-e-pedem-tratamento-adequado/>. Acesso em: 21 set. 2024.

ARAÚJO, Wánderon Cássio Oliveira. Recuperação da informação em saúde. **Conci: Convergências em Ciência da Informação**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 100-134, 10 jul. 2020. Convergencias em Ciencia da Informacao. <http://dx.doi.org/10.33467/conci.v3i2.13447>.

BAHIA, Letícia. **Livre para Menstruar: pobreza menstrual e a educação de meninas**. 2021. Disponível em: <https://livreparamenstruar.org/>. Acesso em: 29 set. 2024.

BAHIA. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. Secretaria da Educação. **Saúde Menstrual é um Direito: vamos falar sobre menstruação?** Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/saudemenstrualeumdireito1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. São Paulo, 2016.

BARRIGA-POOLEY, Patricio; BRANTES-GLAVIC, Sergio. **Menstrual Cycle**. Londres: Intechopen, 2019. 146 p.

BAUMGARTEN, Nicole Cristine. Menstruapps: da datificação de sujeitos menstruantes à biopolítica de si. **Anais da VIII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**, São Carlos, p. 609-622, nov. 2021. Semanal.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. 252 p.

BOFF, Rogers Alexander; BRUM, Jaqueline Bilhalva Maicá; OLIVEIRA, Ananda Nasai Machado de; CABRAL, Sueli Maria. Pobreza menstrual e sofrimento social: a banalização da vulnerabilidade social das mulheres no brasil. **Psicologia, Educação e Cultura**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 133-147, dez. 2021. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/38546/1/PEC%20Dezembro%20de%202021-p%C3%A1ginas-134-148.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 14874, de 28 de maio de 2024. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Brasília, DF, 29 maio 2024. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14874.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 12 de dez. 2012. Disponível em:
<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. **Políticas Públicas Para As Mulheres**. 2012. Disponível em:
https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Dignidade Menstrual**: um ciclo de respeito. 2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/dignidademenstrual>. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Ofício Circular nº 2, de 24 de fevereiro de 2021. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília, DF, 24 fev. 2021. Ministério da Saúde. Disponível em:
https://propp.ufu.br/sites/propp.ufu.br/files/media/documento/oficio_circular_n.2_2021_ambiente_virtual.pdf. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRITO, Lorena Medeiros Toscano de; SIQUEIRA, Mariana de. O backlash antidignidade menstrual no Executivo brasileiro: quando falta dinheiro para comida, absorvente é artigo de luxo. **Revista Direito Gv**, [S.L.], v. 20, n. 0, p. 1-27, 2024. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172202411>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/YyXRMjk6vP7hBDQwm8P7fTq/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. **Pobreza menstrual e políticas públicas para mulheres e meninas**. 2021. 103 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/19809/3/TCCG%20-%20Direito%20-%20Mariana%20Alves%20Peixoto%20da%20Rocha%20Brito%20-%202021.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, [s. /], p. 179-191, jul. 2013. Semestral.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 1-13, nov. 2020. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/01002-311x00188718>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/8vBCLC5xDY9yhTx5qHk5RrL/?format=pdf&lang=pt>.
 Acesso em: 19 set. 2024.

CERQUEIRA, Monique Borba. Pobreza, periferia e diversidade cultural: desafios para a saúde. **Desigualdades e Iniquidades em Saúde**, v. 12, n. 2, p. 138-142, ago. 2010.

CRESWELL, John Ward; CRESWELL, John David. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. 398 p.

CUNHA, Marina Silva da; ROSA, Ana Maria Paula; VASCONCELOS, Marcos Roberto. Evidências e fatores associados ao fenômeno de adiamento da maternidade no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S.L.], v. 39, p. 1-24, 12 jan. 2022. Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
<http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0187>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/MxVLch4TRsD5VcLs8Xr88bg/?format=pdf&lang=pt>.
 Acesso em: 15 set. 2024.

DARONCO, Karolyne Fernandes; MULLER, Lavinia Almeida; ARRUDA, Edson Henrique Pereira de. Prevalência da síndrome pré-menstrual em acadêmicas do curso de enfermagem de uma universidade pública: estudo transversal. **Brazilian Journal Of Pain**, [S.L.], v. 7, p. 1-6, 2024. GN1 Sistemas e Publicacoes Ltd..
<http://dx.doi.org/10.5935/2595-0118.20240006-pt>. Disponível em:
<https://scielo.br/j/brjp/a/3SKLmLDcj5YKLVCCghBsgGB/?lang=pt#>. Acesso em: 28 set. 2024.

DISTRITO FEDERAL. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Lei garante até 3 dias de 'licença menstrual' para servidoras do DF**. 2024.

Disponível em:

<https://www.cl.df.gov.br/-/lei-garante-ate-3-dias-de-licenca-menstrual-para-servidoras-do-df>. Acesso em: 22 set. 2024.

FRAGOSO, Katarina Pitasse; SANGLARD, Nathália. **Conjugando políticas públicas e ações transformadoras no combate às violências de gênero**. 2021. Disponível em:

<https://pp.nexojornal.com.br/opinia0/2021/Conjugando-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-e-a%C3%A7%C3%B5es-transformadoras-no-combate-%C3%A0s-viol%C3%AAncias-de-g%C3%AAnero>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 160 p.

GEORGIEVA, Kristalina; SAYEH, Antoinette; SAHAY, Ratna. **Como diminuir a desigualdade de gênero e fazer crescer a economia mundial**. 2022. Disponível em:

<https://www.imf.org/pt/News/Articles/2022/09/08/blog-md-how-to-close-gender-gaps-and-grow-economy#:~:text=A%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20de%20reformas%20tribut%C3%A1rias,al%C3%A9m%20de%20gerar%20emprego%20diretamente..>
 Acesso em: 15 jul. 2023.

GOES, Emanuelle Freitas; MENEZES, Greice M. S.; ALMEIDA, Maria-da-Conceição C.; ARAÚJO, Thália Velho Barreto de; ALVES, Sandra Valongueiro; ALVES, Maria Teresa Seabra Soares Britto e; AQUINO, Estela M. L.. Vulnerabilidade racial e barreiras individuais de mulheres em busca do primeiro atendimento pós-aborto. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 1-13, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00189618>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Gk58HJMk95gYjSqztFm84hS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

GOTARDO, Suelen. Pobreza menstrual: uma análise sobre a discussão a partir da reportagem exibida no Programa Fantástico. **Organicom**, [S.L.], v. 19, n. 39, p. 171-184, 23 nov. 2022. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2022.195328>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 15 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 18 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3. ed. 2024. 38 v. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de mortalidade infantil**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/39/30279>. Acesso em: 10 nov. 2024.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **O Saneamento e a vida da mulher brasileira 2022**. 2022. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/o-saneamento-e-a-vida-da-mulher-brasileira-2022/>. Acesso em: 29 set. 2024.

LIMA, Marina Paula de; MOREIRA, Marília Andrade; MAYNARD, Dayanne da Costa; CRUZ, Michele Ferro de Amorim. Alterações fisiológicas e comportamentais da mulher no ciclo menstrual e o impacto da suplementação nutricional. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 10, n. 16, p. 1-11, 16 dez. 2021. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23925>.

MARANHÃO. Defensoria Pública do Estado do Maranhão. **DPE/MA adere à campanha de combate à violência menstrual promovida por Movimento de Mulheres de Axé do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://defensoria.ma.def.br/dpema/portal/noticias/7306/dpema-adere-a-campanha-de-combate-a-violencia-menstrual-promovida-por-movimento-de-mulheres-de-axe-do-brasil>. Acesso em: 19 dez. 2023.

MARQUES, Fernanda Hoffmann. **POBREZA MENSTRUAL DE MULHERES QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA**. 2022. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Promoção da Saúde, Universidade Cesumar, Maringá, 2022. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/mestrado-e-doutorado/wp-content/uploads/sites/226/2024/04/FERNANDA-HOFFMANN-MARQUES.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

MATOS, Sabrina Santos. **CICLO MENSTRUAL**: concepções de estudantes do 8º ano acerca do fenômeno. 2022. 31 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - Departamento de Biologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/bitstream/riufs/17276/2/Sabrina_Santos_Matos.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

MELLO, Janine; MARQUES, Danusa. **Elementos para uma tipologia de gênero da atuação estatal**: visões do estado sobre as mulheres e políticas públicas no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. 66 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8938/1/Td_2441.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

MIRANDA, Bruna Cristina Boaventura; FERNANDES, Estevão Rafael. **MENSTRUÇÃO E SUAS REPRESENTAÇÕES NA MÍDIA**: uma análise sobre sangue, tabu e gênero. **Diálogos**: Economia e Sociedade, Porto Velho, v. 4, n. 2, p. 261-273, jun. 2020. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/dialogos/article/view/489/382>. Acesso em: 20 out. 2024.

MISHRA, Sanjay. **O ciclo menstrual pode remodelar seu cérebro**. 2024. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2024/03/o-ciclo-menstrual-pode-re-moldar-seu-cerebro>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MORAES, Patricia Albuquerque; BARBIERI, Márcia; TANAKA, Luiza Hiromi; GABRIELONI, Maria Cristina. Percepção das mulheres sobre o impacto da menstruação no cotidiano de vida. **Saúde (Santa Maria)**, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 13, 1 ago. 2019. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2236583437215>.

MOREIRA, Luisa Prado Afonso. **Pobreza Menstrual no Brasil**: diagnóstico e alternativas. 2021. 31 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão de Políticas Públicas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/0d8c4d99-87a9-4bec-bebe-6c2ff1a826d5/content>. Acesso em: 21 set. 2024.

MOTTA, Ivan Dias da; ARAÚJO, Maria de Lourdes; SILVA, Marcos Alves da. Por uma política pública educacional de fornecimento de produtos de higiene menstrual. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 189-212, jul. 2021. Semestral.

MOTTA, Maria Carolina Carvalho; BRITO, Mariana Alves Peixoto da Rocha. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. **Confluências**: Revista interdisciplinar de

sociologia e direito, Niterói, v. 24, n. 1, p. 33-64, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/53627/31776>. Acesso em: 29 abr. 2023.

MUNDIM, Maria Luísa Eleutério; SOUZA, Milena Polizelli Leite de; GAMA, Vitor Castalões. Transformação da percepção da menstruação entre gerações. **Tensões Mundiais**, [S.L.], v. 17, n. 33, p. 229-247, 18 jan. 2021. Tensoes Mundiais. <http://dx.doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v17i33.3435>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/3435>. Acesso em: 28 set. 2024.

NASCIMENTO, Jackeline Freitas Marinho. **O PAPEL DA ENFERMAGEM NA DESMISTIFICAÇÃO DE ESTIGMAS ACERCA DA MENSTRUÇÃO**. 2022. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Escola de Ciências Sociais e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4163/1/O%20papel%20da%20enfermagem%20na%20desmistificacao%20de%20estigmas%20acerca%20da%20menstruacao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

NNENNAYA, Esther Umahi; ATINGE, Sonnen; DOGARA, Somterimmam Paul; UBANDOMA, Rimande Joel. Menstrual hygiene management among adolescent school girls in Taraba State, Nigeria. **African Health Sciences**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 842-851, 2 ago. 2021. African Journals Online (AJOL). <http://dx.doi.org/10.4314/ahs.v21i2.45>. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/ahs/article/view/211783>. Acesso em: 28 set. 2024.

OLIVEIRA, Anna Luiza. **A importância da educação menstrual nas escolas**. 2022. Postado por Geane Beserra Pereira. Disponível em: <https://integra.ufms.br/a-importancia-da-educacao-menstrual-nas-escolas/>. Acesso em: 21 set. 2024.

OLIVEIRA, Efraim Nunes de. **INFLUÊNCIA DOS SINTOMAS PRÉ-MENSTRUAIS NA ANSIEDADE E COMPORTAMENTO ALIMENTAR DE MULHERES JOVENS**. 2023. 29 f. TCC (Graduação) - Curso de Nutrição, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/56290/1/InfluenciaSintomasPreMestruais_Oliveira_2023.pdf. Acesso em: 04 dez. 2024.

OLIVEIRA, Kettyuscia Coelho e. **A idade da menarca em escolares na cidade de Manaus, Brasil**. 2019. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17144/tde-12022020-174736/publico/KETT YUSCIACOELHOEOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

OLIVEIRA, Viviane Caroline de; PENA, Érica Dumont; ANDRADE, Gisele Nepomuceno de; FELISBINO-MENDES, Mariana Santos. Acesso e práticas de higiene menstrual na América Latina: revisão de escopo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 31. 2023. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/217612/198994>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PASSOS, Luana; SOUZA, Lorena. Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 198-209, abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e73900>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/RHprbDRJTMdxg8Pqjmbxnpjg/?format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

PLAN INTERNATIONAL. **Menstruação sem vergonha e sem tabu**. [S.l.: s.n.], [2020?]. 28 p. Disponível em: <https://plan.org.br/wp-content/uploads/2020/02/livreto-menstruacao-sem-vergonha-s-em-tabu-sempre-livre-plan-international.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

PLAN INTERNATIONAL. **Por ser menina**. [S.l.: s.n.], [2021?]. 110 p. Disponível em: <https://plan.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-por-ser-menina-final.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ROCHA, Isabella Coelho da; SÁ, Mayara Macedo de; NASCIMENTO, Débora Cristina Margueron do; RODRIGUES, Júlia Gomes; SILVA, Victoria Coelho Araújo; SHIRAISHI, Leticia Sayuri; SANTOS, Ana Carolina Yumi Mizuguchi Bezerra dos; TRIVELIN, Maria Laura de Oliveira de Avelar Alchorne. Pobreza menstrual no mundo: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 10704-10714, 11 fev. 2022. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv8n2-149>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43942/pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

RUTENBERG, Jéssica; CEZNE, Alessandra Fátima; VIDAL, Rafael Gemin. Os efeitos das fases do ciclo menstrual no volume total de treinamento de força. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 11, n. 5, p. 1-8, 16 abr. 2022. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28771>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360019083_Os_efeitos_das_fases_do_ciclo_menstrual_no_volume_total_de_treinamento_de_forca. Acesso em: 28 set. 2024.

SANTOS, Alyne Crizostimo dos. A INFLUÊNCIA DO CICLO MENSTRUAL NO DESEMPENHO FÍSICO DE MULHERES PRATICANTES DE TREINAMENTO RESISTIDO. 2021. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Pontifícia Universidade Católica, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3120/1/Artigo%20Alyne%20Crizostimo%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

SILVA, Fabiano Fernando da; OLIVEIRA, Lourival José de. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E PROTEÇÃO DA MULHER: reflexões sobre o projeto de lei n.º 1.143/19 e a criação da licença menstrual no Brasil. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, Encontro Virtual, v. 6, n. 2, p. 55-75, dez. 2020. Semestral. Disponível em:

<https://indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/7037/pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

SILVA, Franciele Brito Pereira; SOUZA, Juliana de Oliveira; JANUÁRIO, Priscila de Oliveira; CRUZ, Ariela Torres. Prevalência Da Dismenorreia E Sua Influência Na Vida De Trabalhadoras Brasileiras. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, Barra Mansa, v. 13, n. 14, p. 64-82, 26 fev. 2019. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/articloe/view/1017>. Acesso em: 04 dez. 2024.

SOUZA, Virginia Ramos dos Santos; MARZIALE, Maria Helena Palucci; SILVA, Gilberto Tadeu Reis; NASCIMENTO, Paula Lima. Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. **Acta Paul Enferm.**, v. 34, mar. 2021. Disponível em: <https://acta-ape.org/article/traducao-e-validacao-para-a-lingua-portuguesa-e-avaliacao-do-guia-coreq>. Acesso em 28 nov. 2023.

UNFPA. **RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA DIGNIDADE MENSTRUAL**. 2023. 35 p. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/recomendacoes-dig-menstrual_v2.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

UNICEF. **POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL**: desigualdades e violações de direitos. 2021. 51 p. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 19 dez. 2023.

VARGENS, Octavio Muniz da Costa; MARINHO, Diana da Silva; SILVA, Alexandra Celento Vasconcellos da; OLIVEIRA, Zulmerinda Meira. A percepção de mulheres sobre a menstruação: uma questão de solidariedade. **Revista Enfermagem Uerj**, [S.L.], v. 27, 9 set. 2019. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2019.40120>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/40120/30978>. Acesso em: 13 maio 2023.

VITORINO, Rayssa. **Professora da UFRN cria projeto sobre dignidade menstrual**. 2022. Disponível em: <https://ufrn.br/imprensa/noticias/56700/professora-da-ufrn-cria-projeto-sobre-dignidade-menstrual>. Acesso em: 21 set. 2024.

ZILAH, Débora; SANTIAGO, Francielly; CARVALHO, Isabela; FERREIRA, Luíza. **Pobreza menstrual**. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Cidade Universitária - Campus Liberdade, Centro Universitário Una, Belo Horizonte, 2021.

ZSIDO, Rachel G.; WILLIAMS, Angharad N.; BARTH, Claudia; SERIO, Bianca; KURTH, Luisa; MILDNER, Toralf; TRAMPEL, Robert; BEYER, Frauke; WITTE, A. Veronica; VILLRINGER, Arno, SACHER, Julia. Ultra-high-field 7T MRI reveals changes in human medial temporal lobe volume in female adults during menstrual cycle. **Nature Mental Health**, [S.L.], v. 1, n. 10, p. 761-771, 5 out. 2023. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/s44220-023-00125-w>.

Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s44220-023-00125-w#citeas>. Acesso em: 13 nov. 2024.

APÊNDICE A – Questionário sobre interferências da menstruação

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

Olá! Eu me chamo Débora Lisandra Baum, sou estudante do curso de Bacharelado em Enfermagem do IFSC e estou construindo meu trabalho de conclusão de curso (TCC) cujo tema é "Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC" e elaborei este questionário para que você possa me ajudar em minha pesquisa. Não tenha receio em responder qualquer pergunta, pois esta pesquisa é sigilosa. Conto com você!

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville – SC” realizada pela acadêmica do curso de Bacharelado em Enfermagem Débora Lisandra Baum e pela professora orientadora Dra. Luana Claudia dos Passos Aires. O objetivo desta pesquisa é identificar se há interferências da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres.

A sua participação não é obrigatória e caso opte por não participar, basta assinalar a opção correspondente no final desta seção (“Aceito participar” ou “Não aceito participar”). Caso opte por participar, você responderá a um questionário *online* constituído por 32 perguntas abertas e fechadas relacionadas aos aspectos sociodemográficos e influências menstruais nos âmbitos profissional, social e econômico das mulheres. Estima-se cerca de 10 minutos para responder as questões. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa. O questionário estará disponível para ser respondido entre os meses de maio e junho de 2024. Os dados coletados serão analisados e será elaborado um artigo que poderá ser apresentado em eventos científicos sem que os nomes das participantes sejam revelados.

Ao participar desta pesquisa, você estará sujeita a riscos mínimos de possíveis constrangimentos e de vazamento de dados, neste caso, é importante salientar que você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento e que são monitoradas todas as tentativas de *login*, recuperação ou troca de senhas das contas utilizadas para a coleta e armazenamento dos dados.

Os benefícios desta pesquisa são indiretos e será possível entender como as mulheres vivenciam o processo menstrual, identificando se existem vulnerabilidades e interferências da menstruação no cotidiano e, conforme os resultados, elaborar orientações em saúde que podem ser feitas por profissionais da área e direcionar a criação de novas políticas públicas relacionadas a esse tema.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, não havendo retorno financeiro relacionado à sua participação e você poderá se recusar a responder qualquer pergunta. Caso decida desistir da pesquisa, você poderá interromper o questionário a qualquer momento, sem prejuízos. Se já tiver finalizado o questionário e mesmo assim preferir retirar seu consentimento, basta enviar uma solicitação de retirada de participação da pesquisa para o seguinte *e-mail*: debora.lbaum@gmail.com.

As pesquisadoras garantem o sigilo e confidencialidade de todas as informações fornecidas para este estudo. Você terá garantia de acesso à pesquisadora responsável pela coleta de informações deste estudo para esclarecimento de dúvidas entrando em contato via *e-mail*: debora.lbaum@gmail.com ou *Whatsapp*: (47) 99725-0617.

Se você tiver alguma dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do IFSC via *e-mail*: cepsh@ifsc.edu.br ou telefone: (48) 3877-9078, das 8h às 12h.

Será enviado ao seu *e-mail* uma cópia deste termo de consentimento. É importante que você o guarde, pois ali estarão os dados de contato do CEPSH do IFSC e da pesquisadora.

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

2. Consentimento de participação *

Concordo em participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville – SC”, de acordo com as informações contidas neste TCLE.

Marcar apenas uma oval.

Aceito participar *Pular para a pergunta 3*

Não aceito participar

Questionário de Pesquisa**3. E-mail: ***

4. Com qual gênero você se identifica? *

Marcar apenas uma oval.

Me identifico como mulher (cisgênero)

Me identifico como homem (transgênero)

Não binário (não me identifico com nenhum gênero)

Não desejo responder esta questão

5. Qual sua orientação sexual? *

Marcar apenas uma oval.

Heterossexual

Homossexual

Bissexual

Assexual

Panssexual

Não desejo responder esta questão

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

6. Em qual cidade você mora? *

7. Em qual bairro você mora? *

8. Qual sua idade? (em anos) *

9. Você considera que a cor da sua pele é: *

Marcar apenas uma oval.

- Branca
- Negra
- Parda
- Amarela
- Não desejo responder esta questão

10. Você já engravidou? Quantas vezes? *

Marcar apenas uma oval.

- Nunca engravidei
- 1 vez
- 2 vezes
- 3 vezes
- Mais de 3 vezes
- Não desejo responder esta questão

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

11. Quantos filhos vivos você tem? *

Marcar apenas uma oval.

- Não tenho filhos
- 1 filho
- 2 filhos
- 3 filhos
- Mais de 3 filhos
- Não desejo responder esta questão

12. Qual seu estado civil? *

Marcar apenas uma oval.

- Solteira
- Em união estável
- Casada
- Divorciada
- Viúva
- Não desejo responder esta questão

13. Qual seu nível de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sem instrução
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Não desejo responder esta questão

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

14. Qual sua profissão/ocupação? *

15. Em sua casa há água encanada para realizar higiene? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não desejo responder esta questão

16. Qual a sua (ou da sua família) renda mensal, aproximadamente? *

17. Em sua casa, quantas pessoas menstruam? (contando com você) *

18. Com quantos anos você teve sua primeira menstruação? *

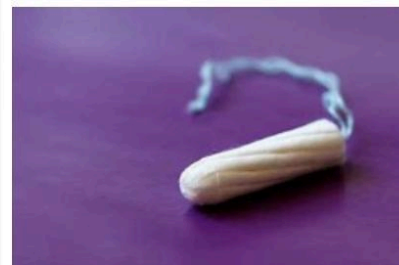
Marcar apenas uma oval.

- Menos de 9 anos
- 9 anos
- 10 anos
- 11 anos
- 12 anos
- 13 anos
- 14 anos
- 15 anos
- 16 anos
- Acima de 16 anos
- Não desejo responder esta questão

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

19. Qual o tipo de absorvente que você usa? (pode responder mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam. Absorvente externo Absorvente interno (tipo OB) Absorvente ecológico Coletor menstrual Outros Não desejo responder esta questão

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

20. Caso sua resposta anterior tenha sido "Outros", descreva quais os tipos de absorvente que você utiliza:

21. Quando você está menstruando, por quantos dias você tem sangramento? *
(independente da cor que seja)

Marcar apenas uma oval.

- 1 dia
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- Mais de 6 dias
- Não desejo responder esta questão

22. Você já deixou de trocar o absorvente por não ter condições financeiras para comprar? Se sim, quantas vezes isso aconteceu? *

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

23. Quantas vezes por dia você troca o absorvente (ou o produto que você usa como absorvente), aproximadamente? *

Marcar apenas uma oval.

- Não troco
- 1 vez
- 2 vezes
- 3 vezes
- 4 vezes
- 5 vezes
- 6 vezes
- Mais de 6 vezes
- Não desejo responder esta questão

24. Qual é o valor que você gasta, aproximadamente, com a compra de absorventes (ou outro meio de conter o sangue) a cada menstruação? *

25. Você recebe/já recebeu absorvente por meio de doação? Se sim, de quem? *

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

26. Você já deixou de ir ao trabalho/aula por não ter absorvente? Se sim, quantas vezes isso aconteceu? Por qual motivo você não tinha absorvente? Como você se sentiu diante dessa situação? *

27. Você já deixou de ir ao trabalho/aula por sentir dor e/ou desconforto menstrual? Se sim, quantas vezes isso aconteceu? Como você se sentiu diante dessa situação? *

28. Você já se sentiu prejudicada no trabalho/aula (queda do desempenho em apresentação importante, reunião ou na participação de algum processo seletivo/avaliativo) por estar menstruada? Se sim, quantas vezes isso aconteceu? Como você se sentiu diante dessa situação? *

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

29. Você já deixou de lado atividades de lazer (viagens, passeios ou encontros) por estar menstruada? Se sim, quantas vezes isso aconteceu? Como você se sentiu diante dessa situação? *

30. Você já deixou de lado atividades esportivas por estar menstruada? Se sim, quantas vezes isso aconteceu? Como você se sentiu diante dessa situação? *

31. Você já teve alguma interferência afetiva por estar menstruada (relacionamento amoroso, relação sexual)? Se sim, quantas vezes isso aconteceu? Como você se sentiu diante dessa situação? *

32. Você já vivenciou piadas preconceituosas sobre o período menstrual? Gostaria de compartilhar a situação? *

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

33. Já procurou um serviço ou profissional de saúde (posto de saúde, médico, enfermeiro, ginecologista) por questões relacionadas à sua menstruação? Se sim, como foi sua experiência? *

34. Você usa anticoncepcional para evitar a menstruação? Se sim, qual tipo? (pílula, injeção...) *

35. Você já recebeu algum tipo de informação sobre saúde menstrual por algum meio de comunicação? Qual meio? (pode responder mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam.

- Televisão
- Redes sociais (Whatsapp, Instagram, Facebook, TikTok, etc.)
- Unidades de saúde (posto de saúde, hospital)
- Em conversas com amigos
- Em conversas com familiares
- Na escola
- Na igreja
- Em palestras na comunidade
- Nunca recebi nenhuma informação sobre este assunto
- Não desejo responder esta questão

03/12/2023, 09:40

Influência da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres residentes no município de Joinville - SC

36. Considerando o tema deste estudo, você gostaria de fazer mais algum comentário sobre como a menstruação exerce interferências na vida profissional/social/econômica das mulheres?

Aqui finaliza o questionário! Muito obrigada por sua participação! =)

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INFLUÊNCIA DA MENSTRUÇÃO NA VIDA PROFISSIONAL/SOCIAL/ECONÔMICA DAS MULHERES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE - SC

Pesquisador: Luana Cláudia dos Passos Aires

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 77254623.0.0000.0185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SANTA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.689.146

Apresentação do Projeto:

O ciclo menstrual é um fenômeno biológico e acontece em todas as sociedades e culturas. Em muitos casos, essa experiência causa influências no cotidiano das mulheres e, algumas vezes, é vivenciada de forma conturbada, principalmente em cenários de fragilidade social onde é possível identificar a pobreza menstrual, caracterizada pela falta de acesso aos itens básicos de higiene menstrual.

Justifica a pesquisa considerando que, ao desmistificar estigmas sociais e sanar dúvidas à saúde menstrual da mulher bem como a contribuição no preenchimento de lacunas existentes na literatura oferecendo novas formas de abordagem sobre a menstruação, não somente aspectos biológicos, mas também psicológicos e sociais facilitaria a compreensão dos desafios enfrentados e expandiria a efetividade de políticas públicas.

Método - Desenho do estudo - pesquisa qualitativa, exploratória descritiva. Para o delineamento do estudo foi utilizado a ferramenta COREQ.

A população será de mulheres acima de 18 anos que resida na cidade de Joinville com perspectiva de amostra de 50. Instrumento de coleta de dados um questionário virtual, elaborado pela aplicativo Google Forms onde será compartilhado por meio de redes sociais e grupo de pesquisa do IFSC, campus Joinville que aborda temas relacionado a saúde da mulher. Critérios de inclusão e exclusão corretos de acordo com a Norma Operacional N. 001/2013. Respeitou aspectos éticos embasado nas resoluções 466/2012 e 510/2016 CNS. Bem como por ser procedimentos em

Endereço: Rua 14 de julho n°150

Bairro: Florianópolis

CEP: 88.075-010

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3877-9078

E-mail: cepsh@ifsc.edu.br



Continuação do Parecer: 6.689.146

pesquisa em ambiente virtual está de acordo com o ofício circular N. 2/2021/ CONEP/MS.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Identificar se há interferências da menstruação na vida profissional/social/econômica das mulheres.

Objetivos específicos

Conhecer as características sociodemográficas das mulheres participantes do estudo;

Identificar os métodos de contenção menstrual utilizados pelas participantes;

Conhecer os meios de acesso à informação relacionada à saúde menstrual

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

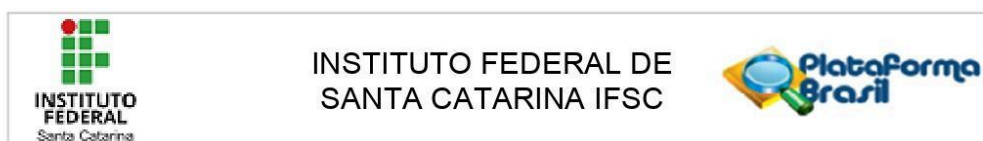
Os riscos são mínimos e englobam os possíveis constrangimentos ao responder o questionário e o vazamento de dados. Para evitar esses riscos, é importante frisar que a participação é voluntária e que a respondente do questionário pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. A pesquisadora não irá onerar planos de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) ou a própria participante da pesquisa, tornando-se responsável por gastos associados aos cuidados de saúde resultantes da pesquisa após assinatura do TCLE, sendo garantida assistência imediata sem ônus de qualquer espécie, de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. Também são monitoradas todas as tentativas de login, recuperação ou troca de senhas das contas utilizadas para a coleta dos dados. A pesquisadora responsável fará o download dos dados para um dispositivo eletrônico local, excluindo todos os registros da plataforma virtual.

Benefícios:

Os benefícios desta pesquisa serão indiretos e será possível entender como as mulheres vivenciam o processo menstrual, identificando se existem vulnerabilidades e interferências da menstruação no cotidiano e, conforme os resultados, elaborar orientações em saúde que podem ser feitas por profissionais da área e direcionar a criação de novas políticas públicas relacionadas a esse tema.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Endereço: Rua 14 de julho nº150	CEP: 88.075-010
Bairro: Florianópolis	
UF: SC	Município: FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3877-9078	E-mail: cepsh@ifsc.edu.br



Continuação do Parecer: 6.689.146

Projeto bem elaborado, boa fundamentação teórica, objetivos claros e explícitos, TCLE claro e bem delineado de fácil compreensão as participantes. Pesquisa relevante de impacto social, econômico e de valorização de gênero, respeitando os critérios éticos e de protocolo de pesquisa, riscos e benefícios bem como critérios de inclusão e exclusão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Cronograma adequado.
- Orçamento adequado.
- Folha de rosto completa.
- Formulário de coleta de dados apresentado.
- TCLE - Adequado.

Recomendações:

Sem recomendações de pendências ou outros, atende ao protocolo de pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2267805.pdf	20/12/2023 16:48:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCC_Influencia_da_menstruacao.pdf	20/12/2023 16:48:40	Luana Cláudia dos Passos Aires	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DE_PESQUISA_NAO_INICIADA.pdf	20/12/2023 16:45:57	Luana Cláudia dos Passos Aires	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_assinado.pdf	20/12/2023 16:45:24	Luana Cláudia dos Passos Aires	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	20/12/2023 16:41:38	Luana Cláudia dos Passos Aires	Aceito

Endereço: Rua 14 de julho n°150

Bairro: Florianópolis

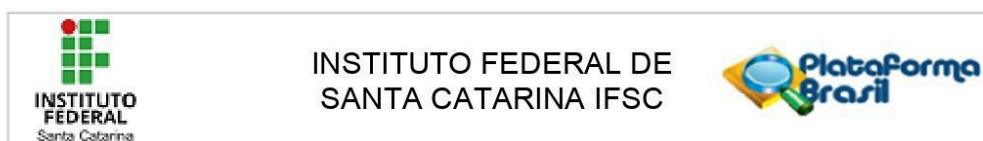
CEP: 88.075-010

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3877-9078

E-mail: cepsh@ifsc.edu.br



Continuação do Parecer: 6.689.146

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 06 de Março de 2024

Assinado por:
VANESSA LUIZA TUONO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 14 de julho nº150

Bairro: Florianópolis

CEP: 88.075-010

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3877-9078

E-mail: cepsh@ifsc.edu.br